



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARCOS MACIEL LIMA CUNHA

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA DOS MISSIONÁRIOS DA
CONSOLATA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO MEMORIAL
PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA**

BOA VISTA, RR.

2019

MARCOS MACIEL LIMA CUNHA

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA DOS MISSIONÁRIOS DA
CONSOLATA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO MEMORIAL
PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGANTS) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Linha de pesquisa: **Etnografias contemporâneas-
Estudos rurais, memória social e patrimonialização.**

Orientador: Professor Dr. Marcos Antonio Pellegrini.

BOA VISTA, RR.

2019

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C972c Cunha, Marcos Maciel Lima.
Centro de Documentação Indígena dos Missionários da Consolata :
o processo de construção de um espaço memorial para os povos
indígenas de Roraima / Marcos Maciel Lima Cunha. – Boa Vista, 2019.
92 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Pellegrini.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

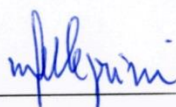
1 – Povos indígenas. 2 – Missionários. 3 – Igreja católica. 4 –
Acervo. 5 – CDI. 6 – Memórias. I – Título. II – Pellegrini, Marcos
Antonio (orientador).

CDU – 394(=1-82)(811.4)

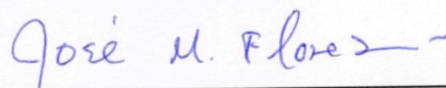
MARCOS MACIEL LIMA CUNHA

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA DOS MISSIONÁRIOS DA
CONSOLATA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO MEMORIAL
PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA**

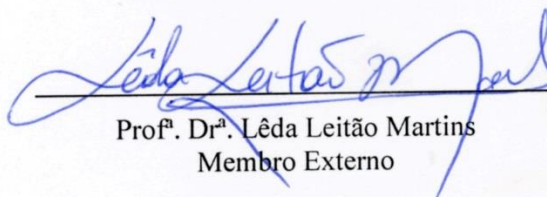
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Antonio Pellegrini
Presidente – Professor Orientador – UFRR



Prof. Dr. José Manuel Flores Lopez
Membro Interno – UFRR



Prof.ª Dr.ª Lêda Leitão Martins
Membro Externo

Aprovada em 18 de Outubro de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao missionário Irmão Carlo Zacchini meu incentivador e apoiador, a pessoa que através do CDI me proporcionou oportunidades incríveis.

Ao Pe. Corrado Dalmonego pela ajuda e por acreditar na minha capacidade de conquistar uma vaga no mestrado.

Ao senhor Luís Ventura e esposa Esther pelo apoio e companheirismo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Antonio Pellegrini por aceitar o desafio de me orientar neste trabalho, pela paciência, e por contribuir para que, através deste trabalho, pudesse absorver um pouco do seu conhecimento sobre a Antropologia.

Aos colegas de sala, por compartilhar comigo todos os seus conhecimentos, preocupações, experiências, os momentos bons e etc.

Agradeço imensamente a todos, sem vocês eu não teria chegado ao fim dessa etapa, as dificuldades me fizeram acreditar que cedo ou tarde eu iria comemorar a conclusão de mais uma etapa na vida.

LISTAS DE SIGLAS

AMV – Animação Missionária Vocacional.

CCPY – Comissão pela Criação do Parque Yanomami.

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CDI – Centro de Documentação Indígena.

IRMC – Instituto Religioso Missionário da Consolata.

TI – Terra Indígena.

DEDICATÓRIA

Aos meus queridíssimos pais, *Jair e Cleucimar*, meus maiores exemplos de vida a qual devo todos os bons conselhos desde a infância, chegar onde estou é mérito destas duas insubstituíveis pessoas, a minha esposa *Quimoi* que foi capaz de compreender as minhas angústias e sem dúvida foi à pessoa que suportou minhas ausências mesmo estando ao seu lado, aos meus filhos *Makayo e Anahí*, que são minhas maiores inspirações de luta e meus motivos para estar neste desafio, aos meus irmãos *Marcos, Josias, Patrícia, Giese, Jean, Sérgio e Félix* e aos meus avós *Manoel e Rita, Melquiades e Mariana* que acredito estarem felizes lá no alto por minhas pequenas conquistas.

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no arquivo dos missionários da Consolata em Roraima, denominado Centro de Documentação Indígena (CDI), em funcionamento desde 2012. O trabalho busca refletir sobre a construção de um espaço de cunho histórico voltado para agregar valores e conhecimento refletindo sobre o papel dos missionários neste novo projeto voltado para a valorização de materiais sobre os povos indígenas e trajetória destes na luta pelo reconhecimento de suas terras. Sabe-se que o processo histórico sobre o movimento indígena já dura décadas e muitos registros destes momentos estão guardados neste acervo. E é pensando na preservação destes documentos que o CDI vem se concretizando como o mais novo projeto, o que considero ser, não só importante para a história do movimento indígena, mas também uma memória histórica da presença missionária em Roraima. O trabalho servirá como subsídios para entender como está organizado o acervo do CDI e as atribuições deste espaço, no que diz respeito à salvaguarda do patrimônio documental do estado. Trata-se também do relato de experiência de trabalho que venho desenvolvendo junto ao acervo do Instituto Consolata, na organização e catalogação da documentação aqui existente, bem como, um relato histórico da trajetória de vida de seu idealizador e fundador.

Palavras – Chaves; Povos indígenas, missionários, igreja católica, acervo, CDI, memórias.

ABSTRACT

This work is the result of a research developed in the archive of the Missionaries of the Consolata in Roraima, called the Indigenous Documentation Center (CDI), in operation since 2012. The work seeks to reflect on the construction of a space of historical nature aimed at aggregating values and knowledge reflecting on the role of the missionaries in this new project aimed at the valorization of materials on indigenous peoples and trajectory Of these in the fight for the recognition of their lands. It is known that the historical process about the indigenous movement has lasted decades and many records of these moments are stored in this collection. And it is thinking of preserving these documents that the CDI has been materiating as the newest project, which I consider to be, not only important for the history of the indigenous movement, but also a historical memory of the missionary presence in Roraima. The work will serve as subsidies to understand how the CDI aquis is organized and the attributions of this space, with regard to the safeguarding of the documentary heritage of the state. It is also the report of work experience that I have been developing with the collection of the Consolata Institute, in organizing and cataloging the documentation here, as well as a historical account of the life trajectory of its founder and creator.

Keywords – keys; Indigenous peoples, missionaries, Catholic Church, collection, CDI, memories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ARQUIVO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	20
2 A MISSÃO CONSOLATA EM RORAIMA	32
3 MEMÓRIAS DE “HOKOSI”	48
4 CENTRO CULTURAL INDÍGENA À CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA.....	60
4.1 Utilização.....	70
4.2 Por que um arquivo?.....	77
5 ORGANIZAÇÃO DO CDI: OLHANDO O PASSADO DE UMA PERSPECTIVA DE FUTURO	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO A - FUNDOS E SUBFUNDOS.....	92
ANEXO B - CATÁLOGO DE LIVROS	93
ANEXO C - REGISTROS DE PESQUISADORES E COLABORADORES....	94

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo compreender o processo de criação e organização do arquivo documental do Centro de Documentação Indígena - CDI, do Instituto Religioso Missionário da Consolata – IRMC, e a sua potencialidade no que diz respeito à guarda de documentos históricos, e sua representatividade para sociedade como lugar de memória.

Este tema vem sendo aperfeiçoado desde a graduação, quando tive o primeiro contato com material documental existente no arquivo do CDI e o próprio acervo. A primeira experiência resultou no trabalho de conclusão de curso (CUNHA, 2014), *Memória escrita e Povos Indígenas: uma experiência de organização de Acervos*, dedicando-me a organizar especificamente a documentação do Povo Indígena Yanomami que foi definido de fundo Yanomami.

O trabalho de organização de documentos existente no CDI me fez refletir sobre o que este arquivo pode representar para os Povos Indígenas no cenário atual, porém, reconheço que ainda há muita coisa que precisa ser feita para sua plena utilização. E, ao longo dos cinco anos de trabalho venho buscando aprofundar mais sobre essa temática do arquivo como patrimônio, sendo o mestrado uma experiência para o reconhecimento dos termos, memória, patrimônio e arquivo, presentes no cotidiano da antropologia e do próprio arquivo.

Durante esses tempos de trabalho dedicado à organização do arquivo, surgiram algumas dúvidas que me fazem buscar respostas. Por que um centro de documentação indígena e num espaço específico? O que considerar importante como documento em um arquivo? Os missionários da Consolata em geral, tem em comum a mesma preocupação a respeito da preservação documental e histórica? A resposta para estas perguntas está pautada nas bibliografias antropológicas que discutem essa temática e no próprio acervo e em autores que estudaram sobre os missionários em Roraima, bem como nas observações diárias do contato com os missionários que estão conectados ao espaço do CDI.

Irei também apresentar o levantamento dos materiais existentes e descrever como foram coletadas e armazenadas, até se tornarem partes importantes do CDI, uma vez que há

todo um histórico que configura este acervo como único espaço com um vasto material riquíssimo em informações sobre os mais diversos povos no âmbito local e nacional.

É nesse sentido, que vários autores desenvolveram seus trabalhos, alguns de modo mais específico trabalharam com arquivos pessoais, enquanto outros com arquivos de instituições, em ambas as situações são descritas a necessidade da preservação dos arquivos, porém, o que diferencia cada uma delas é à maneira de como os documentos estão organizados e catalogados.

Todos os trabalhos até então consultados, consideram os arquivos como lugares onde os documentos são guardados e as memórias vivificadas, ou seja, onde as lembranças ganham vida nas memórias de quem viveu momentos e épocas diferentes e passam a relatar esses momentos através de seus registros escritos.

Pereira e Chagas (2011, p. 320) destacam que os arquivos são espaços que servem para guardar documentos, ou seja, todos os tipos de materiais que se possa definir como material documental. Esses acumulados de materiais, necessariamente necessitam de uma organização, catalogação e todo o levantamento a respeito de sua procedência.

Essa logística, ou processo, ou ainda, manipulação dos arquivos serve para compreender os arquivos como “[...] instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos” (PEREIRA E CHAGAS, 2011, p. 320).

Da concepção, organização e funcionamento ao público, que teve início em 2012, o CDI encontra-se em espaço adaptado (concebido originalmente como alojamento) e, portanto, não adequado para abrigar o material existente com os procedimentos de conservação que requerem. Há um projeto arquitetônico em estudo a fim de que ocupe uma edificação apropriada, tanto para a conservação do acervo como para a consulta e demais atividades a que se propõe.

Apesar das restrições do espaço físico, o trabalho de organização e as pesquisas vêm sendo desenvolvidos diariamente, decorrentes principalmente do esforço e propósito do missionário Carlo Zacquini, no sentido de manter o pleno funcionamento do CDI e agregar

conhecimento. Desse modo, o Centro de Documentação Indígena configura espaço de interação e consulta para pesquisadores de diferentes perfis e graus de formação.

O CDI possui um acervo que reúne materiais documentais dos diferentes grupos indígenas do Brasil, mas, principalmente, do Estado de Roraima. Ele preserva através de diversos registros, os processos históricos das lutas pelo reconhecimento das terras e pela valorização cultural desses povos, o que vem somar para o movimento indígena do Estado.

Atualmente há um convênio com as universidades públicas locais, Estadual e Federal, firmado desde 2015, ainda em vigor, que proporciona a participação de acadêmicos estagiários da graduação de várias áreas de conhecimento, que auxiliam na catalogação dos documentos e em sua organização como um todo, que buscam além da experiência, conhecer através dos documentos e outros materiais o movimento indígena e toda a trajetória de luta dos Povos Indígenas.

O CDI dispõe de vários materiais bibliográficos, audiovisuais, sonoros e de imagens de temática indígena e não indígena, já digitalizados, que são de total interesse para a pesquisa histórica de Roraima.

Neste acervo é feita a catalogação dos materiais em papel, imagens, áudio e vídeo de temáticas indígenas diversas, tais como: relatórios de saúde das comunidades; processos de demarcação territorial; garimpo nas áreas indígenas; arte e cultura material indígena; registros de fauna e flora; registro de artigos de jornais; relatórios de assembleias indígenas, entre outros documentos, que datam desde os anos de 1960 até os períodos atuais.

É fundamental a **salvaguarda**¹ desses materiais, pois dessa forma está contribuindo com os Povos Indígenas na preservação de suas memórias e principalmente de suas histórias, que venha servir de base para a elaboração de novos conteúdos sobre a situação indígena no Estado. A documentação existente neste arquivo significa uma grande mudança na história indígena em Roraima.

Essa mudança ocorre a partir do momento que as informações são construídas levando em consideração a documentação presente neste espaço, o que é essencial para a academia, que por sua vez passa a ter o contato com informações primárias e exclusivas.

¹ Na arquivologia é o processo de garantir cuidados ao material documental e a sua preservação e conservação.

Irei descrever neste trabalho somente a documentação que foi guardada por missionários da Consolata e que estão neste arquivo.

Toda essa dinâmica, toda essa preocupação, para concretizar o CDI como espaço para guarda é resultado de um trabalho “coletivo” por se tratar de uma instituição e, ao mesmo tempo individual por ser um ideal de um missionário, e isso vem se intensificando ao longo dos anos. As entidades ou pessoas como é o caso do IRMC, buscam nos arquivos, uma maneira de preservar toda uma documentação, e, principalmente transformá-las em um lugar de memória.

No CDI, grande parte da documentação aqui reunida, é particular por serem reunidas e guardadas por um missionário, que dedicou anos de trabalho para defender as causas indígenas, e ao mesmo tempo tem caráter coletivo por ser de interesse de uma entidade que busca através da efetivação do acervo continuar mantendo sua história e tudo isso se justifica pelo fato de ser um assunto relevante a qual ambos estão envolvidos.

Com este processo de catalogação acontecendo, a perspectiva é alcançar um público maior e principalmente sensibilizar os estudantes indígenas sobre a necessidade de lugares com o perfil do CDI, pois assim passa ser de domínio público, ou seja, acessível para toda a comunidade interessada em buscar informações necessárias e úteis para pesquisas.

No que diz respeito a minha chegada ao CDI, farei um breve relato para compreender essa minha ligação com este espaço importante. Ingressei no Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR em 2010, sendo a terceira tentativa no vestibular que tive sucesso. Assim como muitos jovens de família humilde que enfrentam desafios para consegui estudar, iniciei esse desafio, foram alguns meses de muitas dificuldades.

Meus pais nunca tiveram condições financeiras para ajudar nos custos diários para estudar fora, e as ajudas que sempre recebi foram suficientes para me manter confiante. Morei com a minha tia em sua casa e sempre tentei ajudar nas despesas.

Inicialmente foram vários meses estudando em dois períodos (manhã/tarde) e não tinha condições de buscar trabalho o que era complicado. Após essa etapa, passamos a ter dias de aulas pela manhã ou tarde e foi nesse momento que fui contatado para trabalhar em serviços gerais no Instituto Religioso Missionário da Consolata.

Antes de conhecer o espaço de trabalho do CDI, já sabia da sua existência superficialmente, porém, as atividades que exercia no Instituto não me permitiam atuar em dois locais ao mesmo tempo, uma vez que era de minha competência cuidar de todo o espaço da instituição, realizando limpezas e atividades de jardinagem para quais fui contratado.

Essa atividade era uma forma que tinha de receber recurso financeiro com o intuito de permanecer na cidade estudando até concluir a graduação. Na época, o administrador da instituição era o Padre David Moke, missionário que atuou por alguns anos na Região Baixo Cotingo, este me deu a oportunidade de trabalhar e me aproximar do CDI.

Numa certa ocasião, por intermédio da professora Alejandra, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena (UFRR), fui procurar o acervo e tentar fazer contato com o senhor Luís Ventura, missionário leigo que já trabalhava no processo inicial de organização dos documentos do CDI. Em outubro de 2013, foi o marco que me colocou frente a frente com um mundo totalmente diferente, que foi sem dúvida o local escolhido para estar se possível por um longo período.

Sem data precisa, neste mês fiz o contato e fui atendido de imediato sem muita burocracia, e em meio a vários documentos, o senhor Ventura foi me apresentando às dependências, a atividades que estavam sendo realizadas e os objetivos do acervo. Tomado pela curiosidade do trabalho me ofereci para contribuir com a organização da documentação ali existente, porém, mudar de trabalho no instituto me restaria fazer escolhas importantes.

A opção pelo trabalho de cuidar do espaço e da limpeza da área do instituto me renderia à ajuda financeira que tanto precisava para me manter na cidade durante o curso e era um trabalho que já estava exercendo. A outra é que o CDI precisava de pessoas para ajudar na organização de seus materiais, porém, a atividade deveria ser voluntária sem possibilidades de receber algo por isso. Decidi pelo voluntariado.

A escolha pelo voluntariado teve a ênfase: patrimônio indígena do Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran como uma prerrogativa para escolher trabalhar para adquirir conhecimento e aperfeiçoar mais sobre a temática abordada na ênfase, porém, tendo o contato direto com a realidade da qual se ouvia falar em salas de aula.

Esta experiência e o contato diretamente com a documentação foi essencial para concluir que a minha escolha foi mais que acertada, foi onde me encontrei de verdade, é o

lugar que necessito para adquirir conhecimento e para servir de alicerce para a preservação das histórias sobre os povos indígenas em especial aos Macuxi, grupo que pertença.

Quando entrei para trabalhar na organização do acervo do CDI, não tinha a mínima ideia do grau de informações que teria de levantar e da complexidade de se trabalhar num acervo com material diversificado.

Iniciei minhas atividades com o desafio de organizar a documentação sobre as questões do povo Yanomami, e foi através dos registros documentais que passei a conhecer a realidade deste povo, dos problemas enfrentados, dos massacres, das invasões, da conquista de seu território e do desafio de lutar pela sobrevivência ainda presente em seus territórios. Foi essa primeira experiência que me proporcionou entender a lógica da organização do acervo e seus documentos.

De qualquer modo, me sinto parte de toda a história que o CDI vem construindo, essa, no entanto, deve ser o motivo por ter decidido escolher este lugar como fonte para minhas sedes de conhecimento.

E como estudante indígena, venho aos poucos aprimorando o conhecimento em relação aos acervos documentais, aprendendo coisas novas, visando contribuir para o fortalecimento da causa e do movimento indígena, de qualquer modo, a confiança é um fator determinante que abriu novas portas gerando oportunidades para exercer o papel de profissional junto ao CDI, hoje a minha especialidade é a organização de centros documentais.

Atualmente como membro técnico/administrativo do CDI, tenho tido a oportunidade de contribuir com opiniões nas decisões que dizem respeito às melhorias do centro e a estrutura física estudada, visando assegurar a conservação dos documentos do acervo bem como oferecer um melhor atendimento ao público.

Toda essa bagagem tem sido muito proveitosa, e passa a ser um desafio, uma vez que o trabalho já não acontece somente internamente, mas também fora do espaço arquivístico, nos lugares públicos, Escolas, Universidades, atendendo um público diversificado, através do compartilhamento de conhecimento e informações, o que nos permite sensibilizar esse público sobre a existência de um acervo, cujo material agrega valor histórico.

Nas conversas com Zacquini percebi que suas preocupações em relação ao material, não estão somente na maneira como estão organizados. Isso vai muito além do simples desejo de guardar coisas, sempre que possível está a fazer reparos nos arredores do espaço onde estão armazenados os documentos, verificando cada centímetro de parede a procura de cupins e outros insetos comprometedores, que podem danificar os documentos que estão armazenados em caixas, toda essa preocupação se dá pelo motivo de em alguns casos, termos encontrados caixas com documentos destruídos, sendo possível salvar alguns destes, eliminando os demais por não haver condições mínimas de serem reaproveitados ou digitalizados.

Durante esses anos no CDI percebi também que o trabalho pessoal de colecionar coisas continua, isso impressiona pelo fato de ser rotina que já dura décadas e com as mesmas características de seleção do que é e não é importante como documento e informação. Geralmente são documentos, anúncios, panfletos, folders, convites, esses detalhes que fazem a diferença na forma de Zacquini colecionar tudo o que temos hoje no CDI.

Como se não bastasse colecionar essas coisas, diariamente recebemos através de correio eletrônico, informações sobre temáticas que dizem respeito à questão indígena, meio ambiente e etc. E que insiste na criação de um fundo digital com as informações por ele encaminhada ao e-mail do CDI. Vamos amadurecendo a ideia de organizar um acervo com e-mails e matérias que circulam na internet, enquanto segue os trabalhos com documentos impressos.

Em relação à biblioteca, Zacquini também tem seu modo de enxergar essa organização, ou seja, tem sua lógica para tal, hoje os livros estão catalogados e arquivados seguindo a ordem de tamanho (altura), e não por temáticas, ou área de conhecimento comum em várias bibliotecas e organizar a biblioteca na plataforma universal, será uma tarefa que será necessariamente trabalhada na nova estrutura que será erguida futuramente.

Dezenas ou até centenas de livros são provenientes da compra em sebos, livrarias e outros lugares, assim como doações de outras dezenas de livros e centenas de milhares de documentos, por diferentes profissionais sensibilizados pelo trabalho do CDI e pelas causas indígenas.

Valorizar tanto o material doado quanto o doador, também é um dom de Zacquini, tendo em vista que essas coisas vão dando sentido ao que ele construiu e idealizou. Tudo isso

reflete um valor histórico, o que considero ser relevante para o acervo com características diferenciadas como este.

Considerando que os missionários são parte da história deste acervo, me surpreende saber que nem todos apoiaram, ou apoiam a consolidação do CDI como lugar histórico, como lugar de memória, por acreditar ser uma invasão de privacidade. Pôde constatar essa divergência em conversas informais com alguns dos missionários, mas há também aqueles que defendem a consolidação deste espaço e consideram ser de extrema importância para o próprio instituto.

Esse foi um dos motivos que fizeram essa proposta ser rejeitada pela maioria. Nestas ocasiões notava-se a angústia de Zacquini que apesar da derrota, se mantinha em pé, resistente, corajoso, vitorioso e confiante de que cedo ou tarde sairia um vencedor e seu legado continua a ser constituído, a crescer e a dar seus próprios frutos, mesmo passando por dificuldades.

Todavia, as várias rejeições tiveram também outros fatores, em maior parte pelo fato de o Instituto não dispor de recursos próprios suficientes para executar uma obra de **tamanho dimensão**², assim como pela impossibilidade de não haver recursos para a manutenção do espaço como para arcar com despesas de profissionais, esses motivos implicaram na não aprovação do projeto inicial.

Atualmente esta iniciativa já é uma realidade e apesar das restrições do espaço, vários trabalhos, artigos, TCCs, teses, dissertações, são construídos usando materiais do CDI, isso é o que torna este espaço relevante e de grande utilidade para o público. E alguns destes foram trabalhados conjuntamente por membros internos e apresentado em seminários e eventos universitários.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos que abordam sobre a situação do Centro de Documentação Indígena que é o objeto de estudo, porém, há ainda seu personagem que é parte importante no sentido da memória construtiva, em que faço uma descrição narrativa de sua trajetória de vida, tendo o CDI como um de seus ideais.

² Sobre esse assunto aprofundarei mais no capítulo 4, que trata especificamente sobre os primeiros esboços do projeto inicial idealizado por Zacquini.

O primeiro capítulo aborda de modo geral sobre a memória, termo muito comum nos acervos documentais, museus, de modo mais específico fazendo menções aos materiais existente no CDI e o trabalho que vem sendo feito ao longo dos anos de sua existência.

O segundo capítulo trata da atuação missionária em Roraima, em especial do Instituto Consolata, que foram nos últimos cinquenta anos defensores das causas indígenas, inclusive destinando projetos de subsistência para as comunidades indígenas e para a organização social destes povos.

O terceiro é destinado ao missionário leigo personagem principal e idealizador do CDI Carlo Zacquini, pessoa que dedicou anos de trabalho pela causa do povo Yanomami e que agora concretizou este espaço para preservação da memória através da guarda dos registros documentais, é também, um pequeno relato biográfico que busquei construir, através das gravações de depoimentos, disponível no CDI.

O quarto capítulo faz referência especificamente ao CDI, tema central deste trabalho, aborda sobre o surgimento das ideias, as primeiras discussões, os objetivos, suas funções como espaço de memória, é onde também faço uma análise da situação atual dos povos indígenas na relação com os missionários e o CDI.

O quinto e último capítulo é uma análise da organização atual da documentação do CDI, e de como estão definidos e armazenados esses materiais considerando as atividades iniciais e os processos que nortearam a atual ordem da documentação, principalmente dos fundos existentes.

Esta é ordem deste trabalho que agora apresento, resultado de um longo esforço com intuito de levar aos leitores informações necessárias para refletir sobre essa temática do arquivo e que tem se tornado uma ferramenta para entender a questão da memória e patrimônio. Seguiremos ao primeiro capítulo que aborda sobre o tema.

1 ARQUIVO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Neste capítulo, farei uma breve abordagem sobre o surgimento dos centros de documentação e aprofundarei mais sobre a importância da preservação desses lugares para a sociedade e fonte para a pesquisa no âmbito da academia, considerando que os acervos são lugares que guardam história e memória, seja ela coletiva ou não, são lugares extremamente indispensáveis para a sociedade, pois, são criadas com objetivos de resguardar materiais históricos definidos como um patrimônio.

Os arquivos documentais têm se tornado cada vez mais importantes nas últimas décadas, levando em consideração as buscas que tem se intensificado em termos de pesquisas acadêmicas, e essa procura mostra a relevância dos arquivos para a sociedade. Porém, é necessário criar políticas públicas voltadas para a preservação e conservação de documentos e dos espaços físicos que são, na maioria dos casos, escassos e sem estruturas adequadas.

A procura pelos arquivos e principalmente pela documentação se deve ao fato de muitos destes locais terem materiais históricos de interesse para a construção da memória, porém, são poucos estes lugares disponíveis para o público, estando em sua maioria sob o domínio de instituições privadas.

Moreira (1990, p. 6) registra que os primeiros centros de documentação brasileiros surgiram apenas na década de 1970, a partir de um “[...] despertar da consciência nacional [...] para a importância da preservação de documentos, públicos e privados, como parte que são do patrimônio documental da nação [...]”. Além de tardia, se comparada com outros países, a ação não contou de imediato com medidas que viabilizassem aporte financeiro para sua manutenção e consolidação desses lugares.

A autora registra que apenas em 1975 houve uma ação por parte da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que, por meio do Programa de Apoio à Cultura, “[...] simplificou a aprovação e liberação de recursos para a implementação de projetos na área de ciências sociais” (MOREIRA, 1990, p. 72), beneficiando, entre outros, alguns centros de documentação e memória. E, seria apenas a partir de 1976, com o envolvimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), pode ser registrada uma efetiva institucionalização desses espaços no país.

Camargo (1999) agrega valor a essa cronologia enfatizando a criação de centros de documentação nas universidades brasileiras, decorrentes do aumento da procura por pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais. Tais centros não apenas contribuíram e viabilizaram o exercício de pesquisa e produção intelectual, como também “[...] passaram a cumprir uma função muito importante no conjunto da produção acadêmica: a de reunir fontes e informações, a todos os usuários potenciais [...]” (CAMARGO, 1999, p. 57).

Neves (2005, p. 80) entende que, enquanto lugares de memória, os centros de documentação têm a missão de “[...] proporcionar possibilidades de interação pelas mais variadas formas de sinais e testemunhos, um espaço para conhecimento ou reconhecimento da identidade histórica, política e social de seus interlocutores”.

Garzoni, Tello e Cunha (2019) reforçam que;

Da mesma forma como os órgãos públicos, outras organizações, como fundações, associações, igrejas e instituições privadas também consolidaram, ao longo do tempo, acervos documentais e históricos que constituem hoje o arcabouço arquivístico nacional. Ademais a todas as dificuldades encontradas, como falta de profissionais qualificados, poucos recursos materiais, ausência de políticas de incentivo e procedimentos de conservação efetiva desses documentos, constituem movimento de resistência e, via de regra, um oásis ao olhar sedento de muitos em relação à própria história no mundo (p. 02).

Os autores analisam que, “muitos dos centros de documentação atuam com focos específicos ou temáticos, tendo seu acervo direcionado a assuntos como: artes, movimentos sociais, fatos políticos ou povos e comunidades tradicionais”. Sobre espaços com esse perfil, “Neves (2005) entende que possuem particularidades não apenas no que tange ao acervo, mas em sua capacidade de aproximar os usuários por área de interesse; o que permite inferir que proporcionariam encontros, parcerias e um amplo processo educativo, para além dos limites do centro de documentação propriamente dito” (Apud, Garzoni 2019, p. 03).

Merlo e Konrad (2015) consideram que;

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros [...] passam a ser rica fonte de informação. [...] para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral (p.27).

Todavia, as memórias históricas, estão atualmente registradas em papeis, porém, os povos indígenas em sua grande maioria repassam seus conhecimentos ainda através da oralidade, sendo poucos casos já registrados e arquivados nos arquivos, presente em instituições privadas.

Grande parte dos registros documentais disponível no acervo do CDI tem relação direta com a presença dos missionários religiosos católicos junto aos povos indígenas, estes representam avanços no sentido da preservação das memórias históricas.

O processo de organizar arquivos varia de um acervo para outro, no entanto, é uma tarefa que requer muita observação por parte de quem o organiza e classifica os materiais, há detalhes que precisam de uma análise mais aprofundada, o que chamamos de avaliação documental, essa é uma prerrogativa importante para que se tenha uma definição concretizada.

Castro, parte deste princípio da análise ao organizar o acervo do Centro de Documentação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), priorizou a organização do fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, ao qual considerou o conjunto de documentos um “achado”, uma descoberta importante dentro do acervo.

A definição dos fundos foi sendo esclarecidas ao passo que a organização avançava como cita o autor; “[...] os fundos ainda não estavam totalmente recolhidos nem sua documentação estava avaliada, o que impedia o levantamento completo e a definição do arranjo da documentação” (CASTRO, 2005, p. 34).

Os estagiários tinham como prioridade, organizar o fundo do Conselho de Expedição, “Primeiro foi feita a limpeza e identificação sumária dos documentos. Em seguida foi elaborado um histórico do Conselho e das expedições a partir da leitura de sua legislação e dos livros de atas encontradas no arquivo” (CASTRO, 2005, p. 35).

Diante de uma situação como esta, faz-se necessário realizar a *limpeza* do material, a qual chamamos de “*higienização*”, pois é através deste primeiro contato que dialogamos com os documentos e conhecemos o seu conteúdo. Após esse processo de conhecimento do material que os fundos são constituídos definitivamente. Essa definição só é possível com

todo o levantamento da documentação, o que por si só é uma tarefa demorada, é esta fase que nos permite fazer um reconhecimento de todo o material existente num acervo.

Os critérios de organização desenvolvidos no Centro de Documentação Indígena são praticamente os mesmos tomados pelos organizadores dos documentos da expedição encontrada no (Mast), e é basicamente a mesma lógica que temos seguido com mais proximidade, apesar de não estar totalmente detalhado nos critérios da separação. Esses critérios básicos adotados são compreensíveis, o que possibilita ao pesquisador localizar com facilidade o material que precisa.

Até o presente momento o CDI não dispõe de nenhum arquivista, porém, a partir do contato com outros arquivos e a consulta com vários profissionais da história, antropólogos, missionários, foi possível adotar critérios simplificado para organizar os documentos de acordo com a realidade do material existente no acervo, levando em consideração o espaço disponível para tal.

Para entender os acervos é necessário fazer alguns questionamentos; por onde andou os documentos antes de chegar ao seu destino final? Quem as guardou e com que objetivo foi sendo armazenado até se tornar um material histórico e acessível? Esta e outras perguntas devem ser feitas, pois essas ajudam a definir os critérios de organização e principalmente os objetivos dos acervos.

É comum encontrar nos acervos conjuntos documentais e, esses conjuntos tem uma lógica de organização de quem às criou, portanto, devemos analisar esses critérios em cada situação, selecionando os materiais e principalmente decidir se é necessário manter sua originalidade e organização.

Nestes casos, há uma seleção diferenciada e variada de quem constitui um conjunto documental, como observa Castro (2005).

A constituição de conjuntos documentais implica, necessariamente, processos seletivos: não se guarda "tudo". Quando os pesquisadores abrem uma pasta ou caixa de um arquivo, aquele conjunto concreto e particular de itens é o produto final de um longo processo seletivo, que obedece a uma lógica específica. O que "resta" em um arquivo resulta diretamente de pessoas que definem, em diferentes momentos, certos materiais - e não outros - como coisas "que vale a pena guardar". Isso obedece a uma lógica de acumulação, nem sempre consensual entre os responsáveis pelo arquivo: por que guardar isso e não aquilo? E mais: onde guardar? E em que ordem? (p. 36).

Essas reflexões contribuem para entender os arquivos como lugares que precisam ser preservados e difundidos como instituições de cunho construtivo sobre a história e memória.

Peralta (2007) considera que a memória é a fonte pela qual o passado é reconstruído;

“[...] a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado colectivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. [...] a memória colectiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (p. 5-6).

Peralta (2007) ainda nesse sentido ressalta que “a memória [...] é, assim, [...] como um espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado” (p. 14).

E, portanto, ainda de acordo com Peralta (2007);

A memória é, portanto, um “sistema de representação”, tal como definido por Stuart Hall (1997), que permite criar uma “imagem” do passado que corresponde a quadros de significações do presente. São estes quadros de referência que nos dizem o que, em cada momento, deve ser recordado e o que deve ser esquecido, fornecendo uma “ética” feita de recordações e esquecimento (p.16).

Esta análise sobre memória consiste principalmente nos registros documentais, em outros meios disponibilizados que nos fornece informações e estão presentes nos acervos documentais.

As formas de organização dos documentos variam de um arquivo para outro, da mesma maneira que fazemos com os materiais existentes em nossos domínios. Uma vez ou outra selecionamos o material que queremos que permaneça com nós, enquanto outros são descartados por não apresentarem mais importância e não fazem mais sentido serem guardados.

Porém, diferente de documentação pessoal, nos arquivos o trabalho de seleção é sempre umas das primeiras atividades a ser feita, pois segue critérios que permite salvaguardar somente o que é importante, ou seja, não se podem descartar materiais sempre que possível. Toda a seleção é feita de maneira definitiva.

Castro, se tratando da organização dos documentos da Comissão acima citada, analisou essas variações e situações, uma vez que é de praxe fazermos levantamentos dos

materiais para só então, organizar de maneira detalhada, de modo que toda a documentação esteja de acordo com as informações.

Para tanto, é importante considerar que a forma de organização de um acervo documental depende muito de quem trabalha no local e conhece o material que compõe o arquivo. Castro (2005) diz;

Caso tivéssemos optado por organizar a documentação exclusivamente por tipo de documento (ofícios, telegramas, recortes de jornais etc.), isso teria levado à fragmentação do material, do ponto de vista de cada expedição particular, dificultando assim a reconstituição de seus documentos. Os procedimentos técnicos então adotados pelo CPDOC recomendavam a separação dos recortes de jornais do restante da documentação textual, e sua organização numa série cronológica. [...] Além disso, os recortes de jornais estavam “organicamente” inseridos na documentação que se acumulou sobre as expedições sendo referidos e “dialogando” com outros documentos. Diante disso, optei por manter a documentação textual junto com os recortes de jornais. (p. 38).

Nota-se que esse processo de organização do acervo vai depender muito de seus organizadores, porém, os fundos para serem definidos têm que estar bem esclarecidas. Devemos sempre que possível, tomar decisões importantes nos acervos, pois é nesse momento que os documentos vão tendo sentido e vai sendo construída a memória. Castro, mais uma vez fala sobre essas decisões.

É, portanto, do resultado final de seleções e decisões como essa, tomadas no momento em que os arquivos estão sendo organizados, que os pesquisadores, no futuro, retiram dados para seus trabalhos e tentam convencer o público de que "vale a pena conhecer" certos eventos, pessoas ou temas. Trata-se de uma via de mão dupla, já que o que é considerado como valioso para ser conhecido influencia outras decisões sobre o que vale a pena ser guardado. A organização atribuída a qualquer arquivo também é condicionada por elementos mais gerais, como o estado da evolução tecnológica em relação à conservação e disponibilização dos documentos e ao uso que se imagina que possíveis usuários farão do acervo (CASTRO, 2005, p. 39)

Para organizar os mais variados tipos de documentação do CDI, decidir alguns assuntos foi criterioso e em equipe, uma vez que para cada situação há uma lógica a ser trabalhada e que esta venha ser de grande utilidade para o acervo, principalmente no momento da definição de um fundo. Do mesmo modo, Castro (2005), analisa que “Os responsáveis pelo arquivo têm um considerável poder sobre os documentos que guardam” (p. 40).

Artières no seu trabalho a qual chamou de “arquivar a própria vida”, reflete que, estamos de qualquer forma arquivando o nosso cotidiano, destacando que; “Arquivar a

própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÉRES, 1998, p. 11).

São essas análises sobre arquivar a vida que os acervos são constituídos, pelo fato de os documentos terem uma trajetória que seus personagens passam a existir e ser lembrado, pois, “O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas, sobretudo para existir no cotidiano”. (ARTIÉRES, 1998, p. 14).

Considerando que grande parte da documentação existente no CDI foi guardada por algumas dezenas de pessoas, principalmente missionários, isso remonta um passado das ações dessas pessoas que por anos exerceram atividades junto aos Povos Indígenas do Estado de Roraima.

Da mesma maneira, vários indígenas que conhecem o CDI, reconhecem que este lugar é de suma importância para os Povos Indígenas, pois através da documentação aqui existente é possível resgatar momentos históricos, vividos por lideranças antigas. Tendo em vista que o CDI é até o presente momento único local que mantém estes materiais guardados e disponíveis.

O exemplo disso, temos a liderança Jaci de Souza que ao conhecer o espaço e dialogar inicialmente sobre essa iniciativa com o senhor Luís, doou grande parte de seu arquivo fotográfico, uma vez que toda imagem são registros Históricos de sua trajetória no movimento indígena como liderança reconhecida internacionalmente pela defesa de sua terra.

Essas coleções de material documental, fotográfico, iconográfico representam a trajetória de vida e da presença missionária junto aos Povos Indígenas de Roraima. Seus objetos até então coletados são patrimônios de ambos, missionários e indígenas, que precisou de intervenção³ para então se tornar importantes para a construção da história.

E é esse arquivar a própria vida, que faz o CDI ser o que é hoje, não necessariamente a vida no sentido de respirar, mas a vida no sentido construtivo da história e do cotidiano dos Povos Indígenas.

³ Acredito que o CDI ao se tornar espaço de preservação documental partiu de uma intervenção, ou seja, precisou de iniciativa para se concretizar e se tornar referência para as pesquisas.

Cunha (2005) considera que;

Ver imagens e ouvir vozes de um tempo distante e, a partir delas, produzir narrativas, memórias sobre fatos, pessoas, coisas, situações e lugares próximos. O caráter relativo das noções de tempo e distância não é meramente retórico. As imagens e vozes às quais me refiro testemunham encontros etnográficos sobre os quais foram produzidas variadas descrições e interpretações [...] (p. 8).

O ver e ouvir têm sido uma das características do CDI quando falamos das pesquisas acadêmicas, tendo em vista que o acervo dispõe de materiais variados e a procura por esses materiais tem se intensificado anos após anos, por esse motivo tem recebido com maior frequência visitantes que buscam informações para os mais variados tipos de pesquisas.

Pollak, nota a memória coletiva e as memórias individuais criadas em negociações;

[...]. Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS apud POLLAK, 1989, p. 4 e 5).

Essas afirmações nos revelam que na maioria dos acervos, há essa conciliação das memórias. Memórias estas que são repletas de boas e piores lembranças, porém, o que se espera é que se tenha alguém disposto a ouvi-las, possibilitando conhecer essas questões e, o arquivo tem essa função de através dos registros documentais disponibilizar essas fontes para o conhecimento.

Pollak, avalia essa situação que mostra essa importância;

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 09).

No que diz respeito ao CDI, essa tem sido uma dinâmica pessoal de Zacquini, de salvaguarda todos os registros de tudo o que acontecia desde a sua chegada a Roraima, assim como alguns outros missionários tiveram esta mesma preocupação de guardar material.

Essas informações guardadas são hoje uma ferramenta que nos permite compreender o esforço e a preocupação em garantir as informações, com vistas para a construção do saber e do fortalecimento das memórias individuais e coletivas.

Emos (2015), em seu trabalho “arquivo e produção do conhecimento histórico”, aborda a importância desses locais para a pesquisa como um todo.

Dentre esses elementos, - concebidos como constructos sócio-históricos mobilizados pela crise paradigmática da razão e da consciência histórica e, também, difundidos na sociedade como “história materializada” -, a memória arquivada é imprescindível ao trabalho de pesquisa profissional e é intrínseca à problemática da escrita/narrativa [...] (p. 776).

Mediante esta constatação em que tenho como ênfase o estudo do arquivo dos “*missionários*”, analiso reiteradamente que esses espaços que perfazem uma trajetória histórica são espaços que guardam memórias e geram conhecimento para a sociedade, pois, surgem com objetivos de, por meio da guarda de documentos assegurar a continuidade da história.

Nesse sentido é importante sempre lembrar que há pessoas preocupadas em manter seguro um espaço com material historiográfico, o que de certos muitos destes lugares herdaram o nome de seus principais idealizadores.

Emos ao abordar sobre esses arquivos, fala que;

Os locais de arquivamento são vistos como patrimônio capaz de embasar projetos de “recuperação” de memórias coletivas. Na proliferação de projetos ligados à memória, os arquivos, muitas vezes, assumem centralidade. Desempenham papel de atestação da “legitimidade” de uma determinada herança memorial e configuram um “legado” a ser gerido (2015, p. 777).

O CDI se resume nesse perfil, uma vez que é um lugar que salvaguarda todo tipo de documentação de memórias coletivas e que nos permite através dela construir conhecimento.

Esta afirmação;

[...] aborda as dimensões material e discursiva dos acervos documentais: refletem narrativas tácitas, materialidades, temporalidades, trajetórias; o que significa que todo arquivo é produzido em um contexto; possui historicidade e integra, de forma especial, a área de produção do conhecimento histórico/científico. Problematicar os arquivos significa desvelar sobre a especificidade própria deste tipo de constructo sócio-histórico e a sua função dentro do sistema de redes de legitimação [...] (EMOS, 2015, p. 777).

Consequentemente os arquivos surgem com a finalidade de sempre guardar algo relevante, e isso acontece de modos distintos, o que reforça que, para cada situação há um motivo, e que há pretensões para disponibilizar todo o material às pesquisas, visando à construção do conhecimento nas mais diferentes áreas.

Estes processos de arquivamento de materiais, do acúmulo de coisas, são necessariamente uma junção de informações que caracterizam a pesquisa documental, ou seja, é a partir dessa análise dos documentos que as memórias são construídas. Esse conjunto de informações que vem sendo elaborado, sendo analisado desde o processo de constituição, organização e consolidação como arquivo dos Missionários da Consolata.

Athias (2015), ao tratar de acervos museológicos, considera que as plataformas digitais são úteis, pois, através dessa tecnologia, as buscas se tornam mais fáceis e eficientes, porém, este meio tem suas vantagens e desvantagens, levando em consideração alguns detalhes; “O acesso geralmente é feito por uma população principalmente urbana, também com interesses muito específicos sobre o estudo desses objetos de coleções etnográficas. Muito pouco por povos indígenas, devido à ausência de tecnologias de acesso remoto através de redes” (p. 232-233).

É indispensável para um acervo ter alguém disposto a dividir as atividades para garantir uma boa organização da documentação e outros bens. O que acontece no CDI contribui para formação profissional, uma vez que as atividades são variadas e requer um conhecimento básico de tudo.

Athias, esclarece que para essa diversidade de atividade é necessário que;

[...] que esse campo, na verdade, é um espaço fronteiro entre outras áreas de conhecimento tais como Biblioteconomia, Ciência da Informação, Museologia, Arquivologia, Educação, Linguística, Ciência da Computação e Filosofia da Ciência, citando algumas áreas, tendo em vista a necessidade de sistematizar (repertoriar) as informações, para qualquer atividade que demande uma determinada classificação, para uma organização temática (ou outra), dentro de acervos museológicos. Isso possibilita uma multiplicidade de abordagens concorrendo para uma discussão mais relacionada à área de organização do conhecimento a partir dos objetos etnográficos em questão. Isso levaria, certamente, a debates entre antropólogos e profissionais da museologia de diferentes campos temáticos, que vêm ao longo do tempo recolocando essa mesma discussão sobre ‘classificação’ como uma necessidade básica para um entendimento e contextualização sobre os objetos etnográficos (2015, p. 233-234).

Mesmo essa análise sendo voltado para acervo museológico, ela se aproxima muito dos acervos documentais, que também, percorrem todas as etapas de competência de uma determinada área do conhecimento para readequar os materiais de acordo com suas definições.

É interessante que façamos uma observação a esses locais, buscando entender “como esses acervos passam a fazer parte de um sistema de documentação e informação tendo em vista a possibilitar o acesso de pessoas a esses locais, em particular com a finalidade de compreensão maior” (ATHIAS, 2015, p. 235).

A sociedade, nos dias atuais, tem buscado informações nas plataformas digitais, considerando essa alternativa um meio prático para facilitar os trabalhos, no entanto, essa não é uma simples decisão/escolha. Nem todos os acervos disponibilizam sua documentação em sites, e muito destes acervos mantêm seus materiais sob guarda.

Analisando o trabalho de Athias (2015), este, porém, se refere ao Museu da seguinte maneira:

Sabe-se que um museu é um lugar especial para a produção e reprodução do conhecimento, tendo a ‘cultura material’, os objetos como instrumento de trabalho. Diante disso, se deveria ir além das exposições, buscando entender o conjunto dos objetos na coleção e, sobretudo, como esses objetos fazem parte da construção de uma identidade (p. 246).

Este trabalho está voltado para o Acervo documental, porém, é necessário fazer uma observação nesta afirmação de Athias e fazer também um questionamento viável; os acervos documentais podem ser/ter também bens “materiais e imateriais”?

Frehse (2005, p. 131), em seu trabalho chama a atenção para o seguinte fato; “quando o campo é o arquivo” devemos notar que estes lugares possuem “informantes”, “célebres personagens”. “Só que não informantes bem específicos: aqueles que se pode construir teoricamente a partir do contato com a documentação contida nos arquivos”. Este necessariamente é a melhor definição encontrada para descrever um acervo documental.

É essa referência sobre os acervos que busco para refletir, pois entendo que assim como pessoas, os documentos também podem repassar informações importantes para a sociedade.

Consequentemente, o acervo tema deste trabalho é referência histórica no que diz respeito aos trabalhos missionários religiosos para com os povos indígenas, e no capítulo a seguir tratarei com mais detalhes esses registros documentais e que hoje fazem parte deste acervo documental relevante para as pesquisas históricas.

2 A MISSÃO CONSOLATA EM RORAIMA

Falar da presença dos Missionários da Consolata em Roraima é uma tarefa desafiadora, uma vez que há ainda nos dias atuais opiniões diversas a respeito das ações da igreja junto aos povos indígenas, mas, a maioria dos povos indígenas do Estado de Roraima reconhecem a importância da Missão Consolata como apoiadora e defensora das causas minoritárias e da classe menos favorecidos.

Para melhor compreensão dessa presença missionária, iniciarei fazendo uma abordagem histórica sobre os Monges Beneditinos que foram os primeiros religiosos a se instalar e atuar na região Vale do Rio Branco, visando o trabalho de assistência religiosa entre colonos e populações indígenas.

Os missionários da Ordem Religiosa de São Bento ou Ordem dos Beneditinos chegam ao Vale do Rio Branco e se instalam em 7 de junho de 1909.

De acordo com Vieira (2007);

A primeira Missão Beneditina enviada para o Rio Branco foi composta dos seguintes religiosos: Dom Acário Demyk, que passaria a ser o Vigário geral da Prelazia, Dom Boaventura Barbier, Dom Beda Goppert, Dom Adalberto Kaufmelh, dois irmãos confessos, Irmão Melquior Doering e Irmão Gaspar Elsenbusch e, por último, o próprio Arquiabade do Mosteiro do Rio de Janeiro, Bispo Dom Gerardo Von Caleon (p. 87).

Porém, com a criação da nova prelazia em Rio Branco os problemas envolvendo a elite local foram estabelecidos, principalmente após os Beneditinos assumiram a propriedade da Fazenda de gado, essa ocupação foi um dos principais fatores que levaram a esse desentendimento envolvendo missionários.

Vieira (2007) ainda destaca que;

[...] Com a chegada dos religiosos, a administração do referido patrimônio passou aos cuidados do vigário geral da Prelazia, a partir de 19 de maio de 1909, quando as autoridades da Igreja em Manaus entregaram o governo da Prelazia do Rio Branco aos beneditinos. [...] Os novos missionários tomaram posse da fazenda, iniciando sua administração, mas logo encontraram resistência (p. 91).

Nota-se que nesse contexto a origem dos confrontos envolvendo a terras, onde políticos utilizando o poder buscavam invadir os lugares de seus interesses mesmo as terras

que já estavam ocupados por indígenas, e se quer reconhecia essa ocupação. O grande latifúndio é estabelecido nesta terra, onde poucos eram beneficiados com grandes propriedades.

Desde junho de 1909 quando os Monges beneditinos se instalaram no Rio Branco, encontraram uma grande quantidade de povos indígenas, assim como grandes criadores de gado. Esta atividade da pecuária e o processo de ocupação “[...] passa a representar a espoliação das terras indígenas, o etnocídio e o extermínio físico de muitos índios” (MORAIS, 2018, p. 70).

As perseguições aos Beneditinos, ainda de acordo com Vieira (2007, p. 95), resulta na expulsão da Ordem que “[...] depois de serem expulsos de Boa Vista, refugiaram-se às margens do rio Surumú, a 160 km da sede do município de Boa Vista, construindo ali sua primeira turma de catequese. Esse fato apressou o contato dos monges com a população indígena”.

Percebe-se que essa aproximação com as populações indígenas estava voltada para a integração destes à sociedade nacional. Vieira (2007) faz essa observação;

Inicialmente construíram barracões e deram início a um trabalho de evangelização, inserindo entre os índios as celebrações e os sacramentos. Em 1910, já tinham fundado na região, a primeira escola, passando a ministrar aulas de alfabetização, carpintaria e jardinagem para crianças indígenas, num claro projeto de integrar os índios à sociedade envolvente, proposta que vem se estendendo até os dias atuais, principalmente entre as missões evangélicas⁴ (p.95).

Passados vários anos conflituosos, eis que surgem as parcerias e os inimigos agora são aliados, como destacado por Vieira;

As perseguições aos beneditinos haviam realmente cessado, as lembranças dos tempos idos estavam extintas, os inimigos políticos de outrora, principalmente a família Brasil, já haviam se transformado em aliados. Não foram poucas as intervenções feitas à burocracia republicana para arranjos de empregos públicos ou

⁴ No que diz respeito à atuação das missões evangélicas nas comunidades indígenas, por experiência própria tenho observado que nos últimos anos as missões evangélicas obtiveram sucesso em algumas comunidades indígenas em que famílias aceitaram fazer parte dessa religião e, no entanto, para seguir aos novos ensinamentos tiveram de abrir mão de seus conhecimentos tradicionais para se tornar membros. Um caso descomunal é que rezadores e muitos conhecedores das músicas indígenas como o Parixara, Tukui, Areruia, foram obrigados a abandonar essas práticas milenares, causando uma perda irreparável para as comunidades que tanto precisam dessas pessoas para os cuidados da saúde de seu povo, sendo que estes com seu conhecimento curam doenças que a medicina do homem branco não pode curar.

nomeações, que tiveram o dedo do novo abade do Rio de Janeiro, o que prova, por si só, o estreitamento dos laços entre a Igreja e as elites locais que, daí em diante passou a ser um traço característico da Igreja em Roraima. Essa característica chagaria até o final da década de 1960, quando houve um princípio de rompimento, derivado a partir da incipiente organização política das populações indígenas e o surgimento de lideranças indígenas apoiadas por uma igreja mais crítica que passou a lutar pela demarcação de suas terras (VIEIRA, 2007, p. 111 e 112).

Abreu (2016) analisa que;

Esse período da Missão coordenada pelos Beneditinos é marcado por uma posição que incentivava os índios a se tornarem parte da sociedade e levando as noções ocidentais de civilização. Com a prática da catequese da “desobriga” (em que o religioso deixava a cidade e visitava as comunidades levando educação religiosa e sacramentos), mesmo diante das dificuldades em achar tradutores, os povos indígenas foram apresentados aos ideais católicos [...]. Esta visão seria ainda mais clara diante da falta de registros dos Monges sobre qualquer situação conflituosa entre índios e não índios, mesmo diante da constante invasão dos territórios habitados pelas comunidades e brancos (p. 19).

Ainda os Beneditinos continuaram a tentar de alguma forma continuar seus trabalhos ou a tentar manter estabelecidos nesta região, abrindo empresas que pudessem “desenvolver” atividades voltadas para o beneficiamento de produtos derivados da bovinocultura. Mas tarde sem condições mínimas para manutenção das empresas, foram falindo ao ponto de abandonar os trabalhos de missão, o que seria o fim de uma era beneditina, assumindo assim uma nova congregação religiosa.

Para ingressar mais a fundo neste tema, abordarei alguns momentos importantes e histórico sobre as congregações religiosas no mundo e especificamente sobre o Instituto Religioso Missionários da Consolata que continua até os dias atuais, sua missão religiosa.

De acordo com Araújo:

O Instituto Consolata para Missões Estrangeiras foi fundado em 29 de janeiro de 1901, em Turim, pelo sacerdote José Allamano. Pensado para agregar padres e irmãs disposto ao trabalho de evangelização, este instituto iniciou suas atividades enviando missionários para a África e depois se expandiu para outros continentes, [...] incluindo a América (ARAÚJO, 2006, p. 37).

Foi com esta finalidade que a presença dos Missionários da Consolata em Roraima se dá desde 14 de junho de 1948, quando então, substituem os Monges Beneditinos que já vinham desenvolvendo atividades religiosas desde 1909.

Com a chegada desta nova congregação, inclusive nos primeiros anos de presença no território de Rio Branco, percebe-se poucas mudanças em relação aos conflitos existentes entre indígenas e não indígenas, como cita Araújo:

Entretanto, apesar da bibliografia produzida sobre a relação entre índios e brancos na região, inclusive a escrita pelos monges beneditinos que antecederam os missionários da consolata, abordar a existência de conflitos entre indígenas e colonos, a atuação inicial dos missionários da Consolata, de acordo com o depoimento de alguns missionários, bem como a catequese por eles desenvolvida não questionava as relações estabelecidas entre índios e brancos. Eles continuavam as atividades iniciadas por seus antecessores no que concerne à educação e à saúde, assumindo a escola e o hospital Nossa Senhora de Fátima, em Boa Vista, construindo outras escolas e hospitais, assim como as viagens da desobriga (ARAÚJO, 2006, p. 67).

Notadamente os missionários, foram aos poucos tendo a consciência da situação pela qual passavam os indígenas, assumindo aos poucos a causa;

Dentro dessa nova conjuntura, foi surgindo um novo projeto missionarismo, que, aos poucos abandonou a prática de catequese da desobriga entre as populações indígenas, passando a impulsionar, daí em diante, uma catequese pautada pela conscientização das terras indígenas, questão que se tornou prioridade dentro da nova pastoral, surgida nos primeiros anos de recrudescimento do regime militar no Brasil em 1970 (VIEIRA, 2014, p. 141-142).

Araújo (2007), menciona também essa mudança:

Frente a ello, los misioneros sentían la obligación de encontrar una manera de revertir ese proceso. Entonces, el primer paso era mostrar a los índios que si se organizaban tendrían más fuerza para luchar contra aquellos que les quitaban sus tierras y su trabajo. Aún más, era preciso evidenciar que ellos no estaban solos, sino que podían contar con los misioneros y confiar en ellos (o sea, poder hablarles de sus problemas). Los consolatinos intentaron varias formas de organizar a los índios: reuniones de *tuxauas*, cantinas comunitárias, sistema de salud indígena. Em ese proceso de organización política de los índios, un punto central que era colocado como condición *sine qua non* para todos los otros (cultura, lengua, salud, etcétera) era el de la demarcación de las tierras [...] (p. 112).

Com essa nova visão sobre as relações entre indígenas e não indígena;

A igreja de Roraima [...], deixou de estar comprometida com os fazendeiros, passando a reunir os índios, denunciar e combater a invasão das terras e principalmente a contribuir para organiza-los politicamente, com o objetivo de assegurar a demarcação definitiva de suas terras. Esse processo inaugurou uma nova mentalidade, uma nova atitude e também uma nova direção da Diocese de Roraima ante a questão indígena no ex Território, projeto que tem sua continuidade até os dias atuais pelos membros da Ordem da Consolata. [...] (VIEIRA, SILVA, RAMALHO, 2011. p. 8).

Com essa tomada de decisão para com as causas indígenas, a igreja passa a implementar novas práticas missionárias, por intermédio dos missionários Giovani Saffrío, Jorge Dal Ben, Lírio Girardi, Luciano Stefanini, Guilherme Damioli, Carlo Zacchini, entre outros, que começaram a perceber que a relação de indígena e não indígenas era marcada por exploração, violência, massacre.

No entanto, é importante enfatizar que em outras ocasiões a missão religiosa católica apesar das boas ações, também atuou negativamente, violando o direito dos povos indígenas, e a principal contribuição negativa que impactou a vida dos Povos Indígenas foi o ensino da língua não indígena, através da implantação de escolas e da locação de professores não indígenas, considerando que, a escola ao ensinar a língua ocidental, pautava-se em proibir que os nossos antepassados se comunicassem na língua indígena, e toda essa influência, causou impactos até os dias atuais, principalmente nas memórias das pessoas mais idosas de nossas comunidades.

Essas ações são destacadas por Araújo (2006), quando descreve que, as atividades missionárias estavam praticamente voltadas somente para a integração dos Povos Indígenas a sociedade nacional bem como desenvolver uma relação amigável com os brancos, atividades que estavam de acordo com as pretensões do Serviço de Proteção aos Índios – SPI (p. 67).

Neste período, ainda de acordo com Araújo, “[...] os missionários, de uma forma ou outra, prestavam serviços ao Estado, levando, a uma região onde não conseguia chegar, os valores da civilização ocidental, e o ensino da língua nacional àqueles que deveriam ser incorporados à nação” (2006, p. 67-68).

Da mesma forma, Moraes (2018) reforça essa ideia dos missionários de integração, quando afirma, que;

A ação missionária [...] era impulsionada pelo desafio de cristianizar as almas que se encontravam nas “trevas” do paganismo. Na Bacia do Rio Branco emergia o ideário da integração dos indígenas. A Igreja Católica assumiu uma espécie de tutela sobre os índios, uma vez que o trabalho da conversão implicava na mudança de um ser silvícola para um modo de ser civilizado. A visão que os Beneditinos alimentavam acerca dos índios e o projeto de evangelização caminhavam juntos (MORAIS, 2018, p. 71).

Estas observações, no entanto, servem para compreender mesmo que de forma sucinta as primeiras ações desenvolvidas pela igreja e que são por mim criticadas para então

ingressar mais a fundo no assunto principal de meu trabalho, que trata da documentação referente a outro período.

São os vários projetos positivos que a igreja católica e seus missionários desenvolveram junto aos povos indígenas em Roraima e que foram importantes a partir dos anos 70, principalmente para a retomada dos espaços territoriais, no que diz respeito ao processo de demarcação e homologação das Terras Indígenas (TI) em Roraima, o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a Terra Indígena Yanomami, as duas maiores TIs⁵ do Estado de Roraima.

Estes dois casos são totalmente distintos, no caso da TI Yanomami a invasão garimpeira e a construção da BR-210, mais conhecida como Perimetral Norte, na TI Raposa Serra do Sol o caso da invasão por fazendeiros e rizicultores. Ambas as terras indígenas foram homologadas de forma contínua, sendo uma grande vitória para os povos indígenas e tiveram a contribuição por parte da igreja para estas retomadas.

Araújo nota que no final da década de sessenta houve uma mudança na atuação religiosa:

[...] los misioneros que trabajaban en Roraima fueron sustituidos casi por completo durante el período comprendido entre la segunda mitad de los años sessenta y el inicio de los setenta. Fue em ese momento cuando comenzó a gestarse una nueva forma de actuación misionera, que culminó con una inversión de la posición oficial de la Iglesia de Roraima em 1976, al adoptar la “opción de la causa indígena”. Formados en un escenario en el que las especificidades culturales de los pueblos con los que trabajaban ganaba renovada importancia, los jóvenes misioneros de la Consolata que llegaron a Roraima después de la segunda mitad de los años sesenta tuvieron una comprensión del contexto roraimense distinta a la efectuada por sus antecesores[...] (2007, p. 111-112).

E o enfoque principal deste trabalho está voltado para o mais recente projeto que é o Centro de Documentação Indígena – CDI, espaço que é uma das dezenas, senão centenas, de ações importantes da igreja voltado para os povos indígenas, e está ligada diretamente com todo o processo histórico do movimento indígena que a igreja adotou nos seus 70 anos de presença em Roraima, mais precisamente no início dos anos setenta, até os dias atuais.

⁵ Abreviação utilizada para Terras Indígenas (TIs).

No entanto, foram várias as ações sem intervenção por parte dos missionários, nos conflitos entre fazendeiros e indígenas, uma vez que a principal atividade desenvolvida pelos missionários da época, como mencionado anteriormente, era o de ensinar a ler e escrever.

Araújo destaca que:

Buscando desenvolver nos indígenas os valores do cristianismo e, conseqüentemente, da civilização, os missionários, católicos ou protestantes, foram importantes agentes da colonização. Eles geralmente se encarregaram da formação de escolas, onde, entre outras coisas, garantiam o ensino religioso e secular aos nativos. Os missionários, em muitos casos, ocupavam-se também da construção e manutenção de hospitais para tratar as doenças que atingiam tanto europeus quanto indígenas e foram eles, em grande parte, os responsáveis pela expansão das línguas dos colonizadores entre os indígenas. Ao mesmo tempo, também foram eles os primeiros a aprender as línguas vernáculas, o que lhes possibilitou ocupar o lugar da intermediação entre indígenas e colonizadores (2006, p. 63).

Ainda de acordo com Araújo:

No caso específico da missão⁶ conduzida pelos missionários da Consolata em Roraima, as relações que estes missionários mantinham com os índios antes e após a segunda metade dos anos setenta, são completamente diferentes. Enquanto a missão anterior aos anos setenta era pautada, de uma forma geral, pela prestação de serviços e pela tentativa de transformar o índio em civilizado, o modelo de missão posto em prática a partir dos anos setenta levou à reformulação dos pressupostos que orientavam a missão, dando prioridade ao envolvimento dos missionários em questões relativas à defesa de direitos indígenas, particularmente sobre suas terras, mas também no que concerne à afirmação étnica (2006, p. 28-29).

Este, porém, foi um marco para a consolidação da igreja católica em favor dos indígenas, que com o passar dos anos foi ficando cada vez mais fortalecido. Nasceram a partir de então, os primeiros projetos para as comunidades.

As assembleias para formação de lideranças indígenas, por exemplo, mostram essa mudança que a Igreja teve, pois com esse apoio, os indígenas passaram a deliberar sobre os problemas existentes dentro de suas comunidades e a denunciar as constantes opressões por eles vividos.

Morais, nesse sentido destaca que, “O próprio modo de proceder ao desenvolvimento desses encontros guarda sentido para compreender a gênese de um novo processo de organização indígena que ali se desenhava” (2018, p. 77).

⁶ Instituto Religioso Missionários da Consolata (IRMC).

Percebe-se que nem todos esses momentos foram bem aceitos por parte da sociedade roraimense, principalmente por parte da classe política e fazendeiros. Foi convocada para os dias 7, 8 e 9 de janeiro de 1977, a primeira Assembleia a ser realizado na Missão São José, no Surumú, atual Centro Indígena de Formação, neste encontro, reuniram-se aproximadamente 150 indígenas das diversas comunidades, dos Povos Macuxi, Wapixana e Taurepang.

Porém, todos os encaminhamentos, as propostas, reivindicações que iriam ser feitas no segundo dia de assembleia, foram interrompidas pela FUNAI, com a ajuda da Polícia Federal, sob o argumento de ilegalidade, uma vez que estava presente o Presidente do CIMI, D. Thomáz Balduino, e, portanto, “o governo não reconhecia o CIMI como órgão mediador das questões indígenas no País [...]” (p. 176).

Foi a partir destes encontros que foram redigidos os primeiros documentos de denúncias e reivindicações dos Povos Indígenas com o apoio dos missionários nos registros documentais, ais quais são partes importantes no CDI.

Vieira esclarece que:

Ainda se olharmos com cuidado esse documento podemos verificar que fora escrito por religiosos, pois contém um Português fluente e claro, além de estar impresso em máquina de datilografar, elemento não disponível nas comunidades indígenas e de difícil operação (2014, p. 170).

Ainda de acordo com Vieira (2014), “dessa forma, construíram em Roraima, junto com a Igreja Católica, um espaço importante de organização política, capaz de refletir os seus problemas mais profundos [...]” (p. 167). “As etnias indígenas começavam a mostrar que eram capazes de construir um movimento organizado que ao longo desses anos vem conquistando espaço político e ameaçando os diversos interesses dos grupos econômicos locais” (p. 168).

O apoio incondicional dos missionários aos indígenas fez com que em 1970 algumas comunidades se reunissem para criar uma primeira cooperativa, visando à comercialização dos produtos produzidos na comunidade para aquisição de produtos manufaturados a preço mais baixos que aqueles praticados pelos fazendeiros. Foram assim criadas as primeiras cantinas indígenas.

Santilli (2001), reforça que;

Em primeiro lugar, invariavelmente intermediadas pelos chefes locais, as agências indigenistas converteram-se em fontes de bens industrializados para os índios, alternativas às fontes de fazendeiros e garimpeiros. Seguiu-se que, em razão da posição diferencial dos agentes indigenistas oficiais e dos missionários católicos diante dos regionais – situados em pólos antagônicos na disputa pelo reconhecimento dos direitos territoriais indígenas –, a estratégia utilizada pelos religiosos e, em seguida, pela Funai, para ampliar sua influência sobre os índios, foi a de minar os vínculos clientelistas que os ligavam aos regionais. Até então, os artigos industrializados eventualmente fornecidos pelos regionais para os índios eram contabilizados pelos primeiros numa listagem de débitos a serem cobrados quando se fizesse necessária à força de trabalho indígena; a fim de minar o sistema, os missionários trataram de suprir, em parte, os artigos industrializados demandados pelos índios, pressionando-os para que quitassem as dívidas contraídas com os respectivos “patrões” (p. 41).

A preocupação em relação ao modo de vida dos povos indígenas foi sendo visível para os missionários a partir do momento que estes passaram observar o cotidiano das comunidades, tendo em vista que os indígenas estavam se esforçando em trabalhar mais nas fazendas em troca de pequenas coisas esquecendo-se de plantar para o consumo familiar.

No que diz respeito às produções, Santilli analisa que;

[...] Se, em um primeiro momento, haveria contrapartidas de reciprocidade nas relações entre índios e regionais – pelo menos é assim que os índios representam tais relações inaugurais com os brancos –, com o decorrer do tempo não tardariam a eclodir conflitos em razão da interrupção ou diminuição dos préstimos inicialmente ofertados pelos pecuaristas. A tanto aliava-se, explosivamente, a crescente depredação das roças indígenas pelo gado e o cerceamento da mobilidade dos índios e de suas práticas de exploração econômica do território – isto é, a proibição da pesca com timbó, a restrição do acesso aos lagos e outras fontes de água perenes, cercados pelos regionais, bem como progressivo escasseamento da caça –, para não dizer da frustração com a prometida educação das crianças indígenas que, via de regra, se revelava exploração do trabalho em regime servil (2001, p. 39).

Toda a situação de sofrimento vivida pelos povos indígenas foi ganhando parceiros para que se pudessem reivindicar melhores condições de vida. A demarcação das terras indígenas se tornou prioridade nos anos 70 e 80, por aqueles que assumiram o compromisso pelas causas indígenas, e estavam preocupados com a situação pelas quais vinham passando os povos indígenas.

Com os projetos das cantinas indígenas, criadas para apoiar no sustento das famílias indígenas e em pleno funcionamento, foi criado em 1980 o projeto de gado para as comunidades. Este projeto denominado “uma vaca para o índio” **M+**⁷, foi fundamental para a

⁷ De acordo com Luís Ventura Fernandez, em seu artigo, “*De rio a rio*”: A luta pela terra em Raposa Serra do Sol. Este projeto é “fruto de um acordo entre as comunidades indígenas e os missionários, e que representou a

conquista da Terra Indígena Raposa Serra do Sol onde vive uma grande população indígena Macuxi e Ingarikó.

Santilli (2001) vem afirmar que;

Mais tarde, já na década de 80, a Diocese de Roraima veio a implementar o assim chamado “projeto de gado”, que consistiu basicamente em angariar fundos nas regiões de origem da Ordem da Consolata, isto é, nas imediações da cidade italiana de Turim, onde a ordem dispõe de maior lastro entre a população, sob o apelo “Una muca per l’indio”; os recursos, assim obtidos, foram, então, investidos na aquisição de rebanhos bovinos que passaram a ser cedidos, em sistema de rodízio por cinco anos, a cada uma das comunidades indígenas, prioritariamente na área das serras. Além de representar alternativa ao escasseamento da caça, o objetivo expresso do projeto foi promover a ocupação do lavrado perante os fazendeiros, ou seja, com a mesma visibilidade diante dos regionais e da sociedade nacional, tornando assim os próprios índios pecuaristas [...] (p.43).

Fernández (2017) reforça ainda mais a importância destacando três objetivos do Projeto de gado para os Povos Indígenas, que foram fundamentais, representando uma estratégia decisiva na luta pela terra; “a) oferecer uma fonte de auto-sustentação, uma vez que era aproveitado principalmente para atividades comunitárias; b) fortalecer a organização comunitária; e, c) apoiar na retomada do território ocupado pelos fazendeiros”. “Assim, o mesmo elemento que serviu para a invasão das terras indígenas e a desagregação da vida dos povos – o gado – atuava agora na direção contrária, como facilitador da retomada da terra, aglutinador das forças da comunidade e elemento determinante para a inversão do marco de relações de dependência impostas pela fazenda” (p. 9-10).

Contudo, esse novo projeto causou grande repercussão no meio dos fazendeiros, que passaram, então, a utilizar das forças policiais para espancar, prender sem justificativas os indígenas e para destruir as benfeitorias construídas pelos próprios indígenas, sem contar que os fazendeiros passaram a acusar os indígenas de invadir suas “propriedades”, uma vez que estes eram os verdadeiros invasores das terras indígenas.

Vieira (2014) pontua também dados importantes que destacarei para complementar este trabalho:

primeira campanha internacional em apoio à Raposa Serra do Sol com participação da Igreja na Europa – aquele que representará uma estratégia na luta pela terra”.

Alguns missionários que aqui estavam, antes da chegada de D. Aldo⁸, já haviam descoberto o índio como o verdadeiro oprimido da região. Esse é o caso dos inúmeros padres e irmãos leigos que entenderam que a ação missionária entre os índios de Roraima seria muito mais uma troca de experiência do que uma catequese do tipo tradicional.

Saffrío, Jorge Dal Ben, Lírio Girardi, Luciano Stefanini, Guilherme Damioli e de leigos como Vicenzo Pira, Emanuele Amódio e mais tarde Albeto Chirone, deram início a uma luta conjunta e sem tréguas, com um olhar crítico e denunciador, juntamente com outras entidades para consolidação das terras indígenas de todas as etnias já no final da década de 1960 (p. 172).

Muitos destes missionários passaram a ser vistos como os principais incitadores das invasões às fazendas, levando-os a sofrerem ameaças, principalmente sendo atacados pelos grandes veículos de comunicação do Estado.

Os avanços iam acontecendo aos poucos, os indígenas somando forças com o apoio dos missionários, e, foi com essa visão que as pastorais se empenharam para apoiar a organização dos indígenas, com base em três pontos fundamentais; o projeto de gado, já citado anteriormente, na formação de lideranças e de agentes indígenas de Saúde.

A formação de liderança consistia basicamente na ideia de conscientização dos indígenas, alertando para a capacidade que estes tinham para gerir seus territórios e pelo conhecimento que se tinha da sociedade nacional. Tal formação acontecia no internato de Surumú, que passou também a formar professores e catequistas indígenas a partir dos anos setenta, quando esta passou a ser de responsabilidade do governo do Território.

No que diz respeito às questões da saúde, os missionários da Consolata se dedicaram as atividades assistenciais desde 1948, quando assumiram a missão do Rio Branco. Porém, à formação de agentes indígena de saúde se deu a partir dos anos oitenta, mesmo com a maioria dos missionários já praticamente envolvidos na organização políticas dos indígenas.

Esta iniciativa foi se concretizando de acordo com Araújo (2006) aos poucos com a construção de um hospital, que atendesse especificamente os indígenas em seus tratamentos, em 1993 foi construída a casa de cura Hekura Yano, que começou a receber os primeiros pacientes indígenas no ano seguinte (1994) com a assinatura de um convênio entre a Diocese de Roraima e a Coordenação de Saúde Indígena – COSAI (p. 177-178).

⁸ Dom Aldo Mongiano foi o 6º Bispo a assumir a Diocese de Roraima, ordenado Bispo de Roraima em 05 de outubro de 1975, chegou a Roraima no auge dos conflitos de terras envolvendo fazendeiros e indígenas e a invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami.

As irmãs se destacaram principalmente a esses cuidados, e foram sem dúvidas as que mais contribuíram para a formação dos primeiros agentes de saúde nas comunidades.

Araújo esclarece que uma das missionárias da Consolata, passou a se empenhar aos cuidados dos indígenas, após uma conversa que tivera com outro missionário, e também após observação feita de como os indígenas eram tratados em hospitais de Boa Vista, e, desde então, adotou uma nova filosofia de trabalho, como citado.

Irmã Augusta, pioneira no processo de formação de agentes indígenas de saúde, que culminou no convênio firmado entre o CIR e a FUNASA, no final de 1999, afirmou que somente se empenhou em oferecer um tratamento diferenciado para os índios após longos e calorosos debates com o Padre Giorgio, que é conhecido pela adoção de uma postura contundente no que se refere à reivindicação da demarcação das terras indígenas (2006, p. 180).

Nas palavras da Irmã Augusta, citado por Araújo (2006), Giorgio lhes teria dito, “tratando das doenças, cuidava das folhas, enquanto ele, ao se preocupar em garantir melhores condições de vida para os índios, cuidava da raiz” (p.181). Percebe, no entanto que, os missionários naquela época, passaram a se preocupar constantemente com as causas das doenças indígenas, uma vez que os atendimentos médicos estavam voltados prioritariamente para os fazendeiros, e que precisavam atender os indígenas como mereciam.

Essas mudanças de pensamento ocorridas foram ganhando espaços a ponto de se iniciar a qualificação de indígenas para atuar de forma definitiva nos tratamentos das doenças em suas comunidades. Antes mesmo de se concretizar a formação de indígenas na área da saúde, “já se discutia essa ideia com as lideranças, sendo reunida cerca de sete mulheres com objetivo de receber as primeiras orientações sobre o tratamento de doenças” (ARAÚJO, 2006, p. 182).

Isso resultou positivamente, diminuindo significativamente o número de indígenas no hospital, que recorriam a esses estabelecimentos a procura de tratamentos. Esses resultados foram o suficiente para que as comunidades passassem a se interessar pela medicina, foi então, que, começaram a construir as primeiras casas de saúde a qual deveriam funcionar os postos de saúde nas comunidades.

Na maioria dos casos, os missionários foram importantes e na saúde não foi diferente, o envolvimento destes, angariou fundos para ser utilizado na estruturação dos postos de saúde e principalmente na ampliação da formação dos indígenas na área da saúde.

De acordo com Araújo: “foram construídos e equipados, em 1980, os primeiros postos de saúde nas malocas da Raposa, Guariba e Santa Cruz, todos nas proximidades da missão do Município de Normandia, onde trabalhava irmã Augusta” (2006, p. 186).

Essas primeiras atividades, voltadas para a saúde foi aos poucos se estendendo para outras regiões, sendo também realizados cursos para auxiliar de enfermagem no hospital de Surumú, ministrada pela irmã Aquilina e depois irmã Maria Theresa.

Todos esses investimentos, resultado de grandes esforços, trouxeram para os dias atuais grandes avanços, no que diz respeito à saúde. Atualmente existe um grande quadro de profissionais que atuam diretamente em suas comunidades, são dezenas de agentes indígenas de saúde, agentes de endemias, agentes de saneamento básico. Tudo isso são reflexos destes primeiros trabalhos feitos por pessoas que defenderam as causas indígenas no estado de Roraima.

Para Araújo;

A formação dos agentes indígenas de saúde, aliada à organização política dos índios em Roraima, contribuiu para a elaboração de uma proposta, discutida e aprovada na etapa estadual da II Conferência Nacional de Saúde Indígena, de criação de dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas no Estado – um para os Yanomami e Yekuana e outro para os Macuxi, Wapishana, Ingarikó, Taurepang, Patamona e Wai-Wai (2006, p. 193).

Esta proposta garantiu então, a assinatura do primeiro convênio entre as instituições; Conselho Indígena de Roraima – CIR e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em 1996.

No campo da educação, surgiram outras preocupações, estas, porém voltadas para a valorização da identidade étnica. Araújo (2006) observa que; “Isso se deu, num primeiro momento, particularmente através da tentativa de identificar o que seria a “cultura dos índios” junto aos quais desenvolviam a missão, bem como quais seriam seus valores, rituais e práticas abandonadas em virtude do contato” (p.116).

Araújo (2006) analisa que os missionários passaram a desenvolver atividades de valorização;

Como uma forma de valorizar a identidade étnica, os missionários da Consolata empenharam-se na recuperação de tradições indígenas. Os esforços em torno da “recuperação das tradições indígenas” foram organizados, basicamente, em três frentes: a confecção e comercialização de objetos tais como peneira, tipiti, jamaxim, jiqui; o aprendizado das línguas e mitos nativos; a realização dos rituais indígenas (p. 116).

Como podemos notar estes esforços, em certo momento, e de alguma forma contribuem para que possamos encontrar informações dos trabalhos feitos no passado, pelos missionários. Isso foi fundamental para se iniciar as primeiras edições do Boletim do Arquivo do Setor Indigenista em 1981.

Os boletins produzidos na época nos remetem a ideia de que estes foram parte de muitos materiais produzidos que hoje fazem parte do arquivo no CDI, e que estão disponíveis para consultas e pesquisas, e que considero importante material histórico, de valor sem igual. “Assim, tudo o que é classificado como fazendo parte da “cultura indígena” ganha *status* de algo que deve ser apreciado, estimulado e mantido [...]” (2006, p. 119).

Considero fundamentais estes primeiros registros documentais feitos por missionários, o que me assegura afirmar que foi a partir de então que se pensou em um projeto voltado para o arquivo de memória, com toda a documentação existente desde esses primeiros períodos.

Por muitos anos a igreja tem exercido suas funções religiosas no meio dos povos indígenas, inclusive catequisando nos lugares mais distantes e de pouco acesso. E durante esses muitos anos foi possível perceber que as problemáticas sobre os territórios, envolvendo os indígenas e não indígenas eram pouco questionadas, como observa Vieira;

Percebemos que esse conflito é a todo momento escamoteado, tendo-se a impressão de uma convivência tranquila, pacífica e por que não dizer harmoniosa, quando se sabe que o avanço das economias, principalmente, pastoril e mineradora, vinha subtraindo cada vez mais, no primeiro caso, partes substanciais das terras indígenas, muitas vezes penetrando com suas cercas pelo interior de suas roças e até mesmo de comunidades inteiras, sem que os missionários tomassem consciência desse problema (2014, p. 122).

Vieira (2014, p. 200) vem fazer essa observação de que "os principais conflitos violentos contra os Povos Indígenas estão relacionados à ocupação da terra", uma vez que seus territórios estavam sendo tomados pelo latifúndio, com o apoio da classe política de Roraima e até mesmo dos Missionários, que incentivavam tal ocupação com discurso de desenvolver o Estado e de integração dos Povos Indígenas a comunhão nacional.

Porém, o que mais me surpreende é perceber que, ao tomarem os problemas enfrentados pelos indígenas para si defendendo os menos favorecidos, tornaram-se uma ameaça para os roraimenses, principalmente aos políticos, pecuaristas, garimpeiros e etc. Também foram vistos como aqueles que defendiam a internacionalização da Amazônia.

Em relação aos Povos Indígenas o plano de libertação e a organização política se dá no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, quase vinte anos depois da chegada dos Missionários da Consolata, que:

Por meio de uma nova concepção do que seria uma pastoral indígena, a Diocese passou a desenvolver uma atividade centrada, principalmente, na ética social e colocar em primeiro plano da vida religiosa a libertação e a organização política das populações indígenas de Roraima. Acompanhada por um movimento nacional, que passou a ter como objetivo final a demarcação de suas terras e o respeito as suas formas de existência (VIEIRA, 2014, p. 138).

Aldo Mongiano em seu livro "Roraima entre profecia e martírio" reconhece que a opção pelos pobres e indígenas, foi assumido pelos missionários, por perceber que era necessário garantir os direitos dos Povos Indígenas, em relação as suas terras.

Mongiano cita um documento redigido em julho de 1978, onde foi decidido pela maioria dos missionários, seguir duas premissas importantes em relação à questão indígena. Uma delas, de assumir que "os Povos Indígenas representam uma grande parte da população do território e constituem uma riqueza cultural [...]" e a segunda, o de reconhecer "as omissões dos órgãos públicos acerca da aplicação e do respeito do Estatuto do Índio que declara o direito e o usufruto total das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios [...]".

Mongiano, então afirma que;

Com essas premissas os missionários assumiam, como própria, a realidade dos Povos Indígenas de Roraima e estabeleciam os objetivos prioritários da ação pastoral: "defesa das terras, denúncia dos casos de violação, pressão junto aos órgãos competentes para um rápido reconhecimento das mesmas e recuperação das áreas invadidas, vitais para a sobrevivência física e cultural dos Povos Indígenas; preservação da cultura respeitando e incentivando o modo de ser dos Povos Indígenas e seu ritmo de crescimento; formação específica dos agentes da pastoral, através dos estudos da língua; dar continuidade as assembleias anuais dos líderes indígenas; introduzir no curriculum escolar de Surumú o estudo das línguas indígenas; compromisso, comunhão de vida e inserção total na realidade indígena e reconhecimento do valor de sua cultura, superando qualquer forma de discriminação; plena confiança na capacidade dos indígenas, deixando de lado qualquer forma de paternalismo; luta pela auto-determinação dos Povos Indígenas, para que se tornem sujeitos de sua história; procurar, na atividade missionária, os valores evangélicos presentes na cultura dos Povos Indígenas; sensibilizar todo o povo de Roraima a respeito da urgência da questão indígena" (2011, p. 43 - 44).

Vieira cita essa importante conquista indígena;

Os índios do Rio Branco, mesmo sofrendo toda a interferência da Igreja Católica e dos pecuaristas, sempre demonstraram uma grande capacidade de preservação da sua identidade étnica em situação de interação, como no caso do batismo. Não obstante essas interferências, foram capazes de recompor seus costumes e reinventar

suas tradições, abandonando alguns de seus antigos valores e incorporando outras novidades, o que de certa forma fez com que permanecessem na região, apesar de terem sido obrigados a mudar de seus locais de origem, como as margens dos grandes rios, quando suas terras foram sendo invadidas, o que não foi ainda capaz de fazer com que desaparecessem (2014, p.137).

De qualquer forma, percebemos que ao longo dos contatos com os indígenas, os missionários tiveram a preocupação em fazer vários registros, documentais, áudios e audiovisuais, que são parte desse trabalho importante para a memória dos povos indígenas de Roraima.

Os missionários têm colaborado incansavelmente para a manutenção da história de Roraima, em especial a dos povos indígenas, ao qual fizeram parte desde seus primeiros contatos com estes Povos, e toda essa significativa ajuda vem se resumindo a guarda de documentação escrita, sonoro, áudio e vídeo e recentemente a criação do Centro de Documentação Indígena – CDI.

Estes, no entanto, ao longo dos anos em que permaneceram trabalhando juntos com os povos indígenas, guardaram consigo vários documentos importantes que hoje fazem parte deste acervo, e o arquivo tem a função de resgatar toda a história e resguardar esse vasto material importante e de grande valor histórico.

É importante destacar que em Roraima, apesar do grande desaparecimento de Povos indígenas décadas atrás, existe uma diversidade significativa destes, que ainda mantêm seus costumes tradicionais, e que hoje trabalham para ampliar seus conhecimentos e a cultura para fora de suas comunidades.

Antes de passar à descrição do processo de organização do CDI próximo capítulo, buscarei apresentar uma breve trajetória de seu principal idealizador no capítulo a seguir e sua relação com o mundo arquivístico.

3 MEMÓRIAS DE “HOKOSI”

Este capítulo é dedicado ao idealizador e fundador deste centro que é um dos missionários com maior tempo de trabalho em Roraima e que conhece muito sobre a questão indígena em Roraima. Este missionário dedicou anos de sua vida para defender as causas do Povo Indígena Yanomami, onde conviveu desde 1965 junto a este povo, e ainda nos dias atuais vem desempenhando atividades voltado para esse povo, adotou assim o nome de **HOKOSI** que na língua Yanomami quer dizer Bacaba, uma palmeira típica da região amazônica.

Figura 1



*Zacquiini junto com os Yanomami
Fonte: Arquivo CDI*

Carlo Zacquini é de nacionalidade italiana, nascido em 03 de maio de 1937 na Cidade **Varallo Sesia**, norte da **Itália**. Aos 20 anos de idade, quando estudava nos primeiros anos do 2º Grau, veio a conhecer o missionário **Ir. Giuseppe Sammarini**. Este missionário, de acordo com o depoimento de Zacquini, fazia trabalhos extraordinários, com habilidades nas atividades profissionais em eletricidade, mecânica e marcenaria, a maneira de trabalhar lhe renderam admiração tanto pelo que fazia quanto pela forma de fazer as coisas, que o fizeram decidir ser missionário.

Zacquini relata que;

Não é que eu fosse particularmente uma pessoa piedosa, dedicado a obras religiosas, em certo momento tratando de decidir um pouco o que fazer, achei que o que esse irmão fazia e o jeito como fazia eu poderia me inspirar nisso né, e tentar fazer isso fora (Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2019).

Após largar a escola Zacquini se dedicou alguns anos ao trabalho juntamente com o Irmão **Sammarini**, no entanto, foram várias tentativas por parte de sua família para que retomasse os estudos, mas sua decisão era seguir adquirindo novas experiências, sendo orientado a fazer trabalhos que lhe serviria de aprendizado.

Durante esse período de experiência, foi se identificando com as atividades que eram voltadas para missões e então, meses depois perguntou como faria para ser um missionário, inicialmente esta ideia foi vista com uma simples brincadeira, mas esta decisão mudaria para sempre a vida pessoal de Zacquini.

Ainda de acordo com Zaquini, além de Irmãos, havia na época padres da Consolata que trabalhavam na cidade, e, a relação pessoal e familiar com esses missionários foi muito agradável e próximo, tanto que ajudou Zacquini a decidir sobre seu futuro. Com a crise do seminário e das vocações, a casa de formação missionária foi abandonada e posteriormente vendida. Porém, o local possibilitou o acesso de missionários que foram a lugares remotos e em várias partes do mundo.

Tendo como inspiração o Irmão **Sammarini**, **Zacquini** sonhava em se formar missionário e ir para a África, onde havia povos indígenas, da qual ouvia falar, e que através de leituras de publicações tinha o conhecimento, mesmo que superficial, sobre esses grupos indígenas. Pouco se sabia sobre os povos indígenas das Américas.

Por ser membro de uma família numerosa, Zacquini não esconde sua simplicidade ao afirmar que foi herdando de seus irmãos mais velhos todo o material escolar que lhes serviram para conhecer sobre as situações da época.

Em seu relato, fala que;

Naquela época, não havia televisão, a gente não tinha televisão, eu lembro quando chegou a primeira vez o telefone era uma criança, era daqueles que faziam barulhos ao fazer os números eram coisas assim né, e rádio eu me lembro que era uma coisa feita manualmente por um técnico, não era rádio comprado, e quem tinha rádio na época eram pequenos monumentos de luxo, provavelmente caros também, e a gente não tinha isso. Com esse rádio manual, a gente não ficava ouvindo muito, mas, durante a guerra especialmente era uma coisa clandestina, as vezes a gente podia escutar alguns discursos, pronunciamentos, notícias de fora, para poder entender um pouco melhor o que estava acontecendo por que a gente estava no meio de uma guerra e, porém, sem saber muito bem o que e por que estava acontecendo essa guerra, quem estava envolvido, quem era realmente que estava interessado em fazer essa guerra (Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2019).

Nesse relato me impressionei com os detalhes da memória de Zacquini, em que se lembra da fuga de seus irmãos na época, para buscar segurança nas montanhas, inclusive sendo metralhado de longe, felizmente não sendo atingido. Eu vivi esses momentos de terror e presenciei fatos quando estava acontecendo a guerra, era apenas uma criança.

Me falaram de uma situação que não lembrava mais, sobre uma situação que passamos quando estávamos de férias num vilarejo a 7 quilômetros de Varallo, esse era um lugar que sempre íamos para descansar quando não tinha aula [...], então, chegaram uns soldados da Geórgia, não sei o que faziam lá, mas foram logo perguntando onde estava meu pai e pai de outros meninos que estavam aí, né, e uma minha irmã de modo especial falou, meu pai é esse aí, ela mostrou o nosso pai, mas eles não acreditaram por que ele era muito velho, e aí perguntaram pra mim, insistiram até que comecei a chorar, fiquei assustado, e falava que ele era o papai, e eles, não esse é o vovô [...]. E assim, foram episódios de guerras, me lembro muito bem de vários outros, inclusive com mortes, praticamente na minha frente, muito chocante, que deixam marcas (Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2019).

Esses episódios relatados por Zacquini, são lembranças carregadas em suas memórias até os dias de hoje, e como se não bastasse muitos desses momentos são lembrados com datas muito precisas, apesar de serem vividas há anos. Preocupa-me bastante saber que quase nada está registrado no papel, e que o mesmo não disponibiliza uma parte do seu tempo suficiente para fazer escrever sobre a sua experiência de vida.

Em 1953 aos 16 anos se mudou de sua cidade natal para cidade de Alpignano, próximo a Torino. Naquele ano, havia no local uma casa para preparação de missionário

irmão⁹, foi neste local que iniciou seus estudos, formando-se missionário leigo em 02 de Outubro de 1957.

A partir do ano de sua formação começou a desenvolver atividades na Itália, e continuamente se preparando em técnica de mecânica geral, quando no ano de 1965 foi destinado a Roraima com o objetivo de fundar uma escola profissionalizante para atender indígenas e não indígenas na periferia de Boa Vista, na época, com a formação nas áreas de mecânica em geral e marcenaria. A escola foi fechada anos atrás, depois de aproximadamente 50 anos de funcionamento.

Quando chegou a Roraima, passou a morar na prelazia, num galpão localizado próximo ao rio, e foi justamente neste local que começou a se organizar, a trabalhar e estudar a língua portuguesa para então se comunicar com as pessoas, foi conhecendo aos poucos sobre o lugar. Havia com frequência alguns indígenas Macuxi que se hospedavam de vez em quando na prelazia, isso acontecia sempre que podiam vir a cidade resolver situações pessoais e também de suas comunidades, e que nos momentos oportunos conversavam.

O seu primeiro contato com indígenas aconteceu nessa época de morador da Prelazia, e foi de modo particular com os indígena Macuxi Marcelino Raposo e o Tuxaua Gabriel Raposo. O senhor Marcelino estava na cidade estudando e sempre estava fora, e que poucas vezes conversaram, mas, com o Tuxaua Gabriel teve bastante conversa, uma vez que este vinha para cidade e hospedado na prelazia aguardava algumas coisas facilitando dessa forma uma conversa mais longa nas horas vagas, foi então Gabriel que lhes contou sobre as lutas do seu povo pela sobrevivência, contra o sofrimento, abusos, as quais o seu Povo estava submetido. Foi nessas conversas, de acordo com Zacquini, que teve o seu primeiro **“banho de indigenismo**¹⁰”. A situação relatada pelo indígena Macuxi foi importante para a compreensão das situações da época.

Abreu (2016) descreve o relato da entrevista que realizou com Zacquini, sobre as primeiras conversas com os indígenas Macuxi, que considero importante destacar:

⁹ Pessoa consagrada para a vida missionária que dedica tempo para a missão. O irmão não tem a mesma atribuição que um padre, não pode celebrar missas, cerimônias de casamento, batizados.

¹⁰ Palavras do entrevistado, se referindo ao tema relacionado à questão indígena, uma vez que foi nessas primeiras conversas que ouviu sobre os Povos indígenas e todo o relato da situação por eles vivida desde a invasão de suas terras.

Bom, esses primeiros contatos, ouvi conversas de meus colegas que estavam aqui há mais tempo, mas eu tinha dificuldades de entender e quando tive o primeiro contato com (os indígenas macuxi citado acima) ele falava umas coisas de uma forma bem pacata, muito simples [...]. Ele não tinha um português muito rico, era um português assim popular, um português do interior [...]. Era um encontro que me deixava emocionado, revoltado, e, ao mesmo tempo, dava uma carga, uma vontade de fazer alguma coisa para mudar essa situação, essa experiência desse tuxaua. Era uma coisa muito impressionante: a vida dele, o que ele passou, o que ele sofreu, o que é que ele fez, os primeiros contatos dele com o os brancos, as primeiras palavras que ele aprendeu de português, como foi para ele aprender [...] (p. 27).

Meses depois, no dia 1º de maio de 1965, teve a oportunidade de se encontrar com o um grupo de indígenas do Rio Apiaú, na época, considerado bastante isolado que estavam tendo seus primeiros contatos com a sociedade não indígena, como, invasores madeireiros, garimpeiros e dentre estes, alguns missionários. Em companhia de outras pessoas, permaneceu com os indígenas durante três dias, a margem dos encontros entre os Rios Apiaú e Mucajáí.

Em seu relato este encontro marcou muito a vida de Zacquini, que viu nos indígenas a beleza, a alegria, a simplicidade no modo de fazer de viver e sobreviver, e da forma de como eles utilizam todos os recursos da Natureza. A partir de então, o único objetivo era ficar e conhecer mais a fundo aquele povo e, por vezes se aproveitou das oportunidades que lhes eram dadas. Posteriormente, descobriu que aquelas pessoas eram do povo Yanomami.

Em janeiro de 1968 a pedido de seus superiores foi acompanhar por um mês as atividades do missionário **Bindo Meldolesi**¹¹, que já se encontrava no meio do Povo Yanomami há mais tempo, e que não estava mais em condições de continuar trabalhando, até mesmo pela dificuldade de aprender a língua Yanomami. Relata que, quem deveria estar lá era o **padre Calleri**¹², mas este se envolveu com a história de pacificar o povo indígena Waimiri – Atroari e acabou não voltando nunca mais.

Passado esse período estabelecido, devia retornar para cidade para participar de algumas reuniões, encontros, porém, chegaram a TI Yanomami várias autoridades religiosas, para uma visita a missão, estavam nessa comitiva o então Bispo de Roraima **Dom Servilio Conti**, o superior delegado (superior regional), responsável pelas atividades da igreja católica em Roraima **Padre Jordão Maria Pessatti**, o administrador da Prelazia na época **Padre José**

¹¹ Missionário religioso católico que foi o responsável pela fundação da missão Catrimani em 1965.

¹² Padre João Calleri era missionário da congregação Consolata que em outubro de 1968 foi de encontro com o povo Waimiri-Atroari em missão de paz, porém, esta missão terminou após a constatação da sua morte.

Maria Rubatto e com eles estava o superior geral da Consolata o **Padre Domingos Fiorina**, vindo de Turim na Itália para uma visita ao Estado.

Foi então que, o seu superior geral lhe sugeriu permanecer junto aos Yanomami por mais tempo, e essa proposta reforçou ainda mais as suas pretensões e não recusou ficar, uma vez que o mesmo já tinha desejos em um dia trabalhar com este e para este povo, tanto que o desejo de ficar e de conhecer melhor a culturas destes foi essencial para uma decisão concreta.

Figura 2



Barraco onde se hospedavam os missionários, inclusive Zacquini.

Fonte: Arquivo CDI

Durante o primeiro mês de sua estadia em Catrimani, **Zacquini** aprendeu algumas coisas para então facilitar a sua sobrevivencia no meio da floresta, desde onde encontrar comida até a comunicação com os próprios indígenas. Nesta época ainda de acordo com o relato de Zacquini a missão Catrimani estava no processo de estruturação.

A princípio, **Zacquini** estava encarregado de conseguir alimento para os demais que trabalhavam na missão e então sempre ia para o mato caçar, e para essas ocasiões havia um

grupo de Yanomami que sempre estava dispostos para lhes acompanhar nas caçadas, pois estes, conheciam muito bem a região e sobretudo onde encontrar a caça.

Esta atividade pela qual foi responsável, era devido a quantidade de trabalho que tinha para ser executado, e na missão existia apenas um banheiro de **paxiúba**¹³ coberto com palha, um **barraco**¹⁴ de palha inacabado com **tocos**¹⁵ dentro e que precisava de atenção maior e tempo para concluir, além da pista que exigia uma melhoria, pois era muito pequena, tanto em largura quanto em comprimento, os pilotos das aeronaves sempre se queixavam e precisava ser ampliada, uma vez que esta era o único acesso para o recebimento de alimentação e outros suprimentos para a missão.

Figura 3



*Vista aérea da Missão Catrimani, anos 60.
Fonte: Arquivo CDI*

Então, o padre Bindo e mais um grupo de indígenas ficavam trabalhando na missão e Zacquini acompanhado de outros indígenas saiam para caçar, e todos os dias para as caçadas

¹³ Palmeira da qual se utiliza a folha e a madeira para construção de casas muito conhecido com o nome de barracos, principalmente por indígenas.

¹⁴ Pequena casa feita com folhas de palmeira.

¹⁵ Troncos de árvores.

os indígenas se revezavam, de modo que Zacquini passou a ter contato com vários deles. Havia dentre estes, dois indígenas o **Pedro** e o **Karera**, e que de acordo com o relato de Zacquini, eram hábeis caçadores, com quem manteve uma relação muito próxima construindo assim amizade que lhes serviram para aprender a falar a língua Yanomami. Após descobrir que era o povo Yanomami, a aproximação com os dois indígenas foi importante para que se fizesse uma pesquisa para entender os vários aspectos da cultura deste povo.

Em 1973 dois anos depois da chegada de **Cláudia Andujar**¹⁶ se inicia um estudo mais detalhado da cultura Yanomami e principalmente da mitologia.

Em seu depoimento, Zacquini relata;

[...] fizemos uma pesquisa sobre a mitologia junto com a Cláudia Andujar, ela teve uma ideia bonita de fazer isso através dos desenhos, ela como uma ótima fotógrafa, ótimo gosto para as coisas bonitas. Aí ela comprou os materiais necessários, e eu comecei a pedir para alguns Yanomami, “desenha aqui”, não lembro quantos Yanomami pedi para desenhar, até um certo momento descobrimos um que estava fazendo uns desenhos que nos deixaram muito interessados, realmente muito bonitos, e eles nunca tinham desenhado nada, ou seja, eles somente desenhavam no corpo, as vezes na ponta de flechas, mais não era costume deles fazer desenhos, isso era uma nova forma de expressão. Esse aí foi desenhando, então aí comecei a gravar o que ele falava, eu fazia perguntas pra ele e ele falava algumas coisas e depois fazia mais perguntas e mais...pra entender melhor, pra aprofundar mais, pedia pra fazer outros desenhos e através dos desenhos entender melhor o que ele estava querendo dizer e chegamos a um certo ponto que estávamos com uma série de mitos recolhidos que eu traduzi para o português, antes transcrevi tudo para traduzir. Então tive que pausar o trabalho para tentar salvar a vida dos índios que estavam adoecendo, morrendo (Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2019).

Nesse relato, a pausa se deu pelo fato de haver chegado ao território Yanomami a construção da BR-210, conhecida como Perimetral Norte, e era necessário que tomassem medidas para salvar os indígenas das doenças levadas pelos operários da construção da estrada.

De acordo com Abreu (2016):

Os impactos da construção da estrada da BR-210, mais conhecida como Perimetral Norte, revelam um dos mais catastróficos acontecimentos históricos de contato com os indígenas. O processo de degradação alarmante que esta estrada gerou refletiu na política indigenista, sendo ela citada em trabalhos, documentos, artigos e obras de muitos estudiosos referentes aos Yanomami, como também é na vida dos que presenciaram e engajaram-se na luta, numa tentativa de amenizar os bruscos impactos que a rodovia trouxe para os habitantes da região a ser cortada pelo traçado desta (p.31).

¹⁶ Fotógrafa mundialmente conhecida pelas fotografias do povo Yanomami.

Esse impacto causou inúmeras mortes de indígenas Yanomami, inclusive do jovem que fazia os desenhos maravilhosos sobre a mitologia, Zacquini diz que após saber da situação das mortes pelas doenças do homem branco o Yanomami pediu para ir ver sua família, uma vez que morava numa outra aldeia nas proximidades de Catrimani, e que o próprio Zacquini pediu para que não fosse por ser arriscado demais, que sem imunização corria o risco de morrer e estando na missão poderia ser medicado e curado, e, sem sucesso sobre a permanência do indígena, pediu que retornasse o mais breve para continuar os desenhos, este nunca mais retornou e a conclusão é que também morreu doente.

Várias mortes de tantos outros Yanomami causadas por doenças levados não somente pelos operários da construção da estrada, mas de garimpeiros, madeireiros, também foram presenciadas por Zacquini, que diante desses problemas, intensifica o trabalho aos cuidados da saúde deste povo, que com o avanço da estrada “a vida dos Yanomami modificou de forma intensa, além da fragilização da saúde e a quantidade de mortes causadas pela falta de envolvimento do governo” [...] (ABREU, 2016, p. 31).

Conseqüentemente, o extermínio foi um dos seus principais objetivos na defesa da vida do povo Yanomami e na criação, demarcação e homologação do Parque Indígena Yanomami, que começou com o primeiro esboço da Terra Indígena Yanomami em 1968 e concluído com o processo de reconhecimento em 1992.

Durante muitos anos vivendo e convivendo junto com aquele Povo, aprendeu a falar a língua Yanomami, deixando-o ainda mais forte e corajoso para continuar a defender a causa indígena. Zacquini, construiu sua vida e sua história vivendo na floresta com os Yanomami.

Abreu, em seu trabalho destaca também, que;

Os impactos da construção da BR-210, [...] revelam um dos mais catastróficos acontecimentos históricos de contato com os indígenas. O processo de degradação alarmante que essa estrada gerou, refletiu na política indigenista, sendo ela citada em trabalhos, documentos, artigos e obras de muitos estudiosos referentes aos Yanomami, como também é na vida dos que presenciaram e enganjam-se na luta, numa tentativa de amenizar os bruscos impactos que a rodovia trouxe para os habitantes da região a ser cortada pelo traçado desta (2016, p. 31).

O esforço para salvar a vida dos Yanomami, custou caro para Zacquini que contraiu a malária 52 vezes e mesmo assim não abandonou sua missão de servir aquele povo.

Em 1978 criou juntamente com Cláudia Andujar e Bruce Albert a Comissão pela Criação do Parque Yanomami – CCPY¹⁷, que foi importante para o reconhecimento da TI Yanomami bem como para os cuidados da saúde deste Povo, evitando dessa forma a dizimação deste povo.

Abreu (2016) descreve que;

Após a execução da demarcação, a CCPY se debruçou sobre a execução do programa de saúde, que por sua efetividade e organização recebeu uma proposta de financiamento do Estado pela FUNASA.

O projeto de visibilidade levou a iconografia e arte Yanomami para exposições internacionais, criou informativos, jornais, boletins, exposições, revistas, documentários e dossiês (entre estes o Boletim Informativo URIHI e a revista Yanomami Urgente) que registraram a violência destinada a estes indígenas pela sociedade local e pelas políticas estatais e evidenciaram a beleza e complexidade da cosmologia Yanomami, promovendo o protagonismo indígena e a luta dos mesmos pelos seus próprios direitos (p. 39-40).

Todo o material aqui mencionado hoje faz parte dessa memória vivida pelos Yanomami que por um longo período sofreram com invasão as suas terras e estão guardadas no arquivo criado por Zacquini, são materiais escritos por aqueles que presenciaram os fatos e foram importantes na preservação da vida daquele povo. Estão disponíveis para quem tem o interesse de aprofundar mais sobre a questão Yanomami. E, ainda a presença de Zacquini que com os seus relatos nos mostra que é uma biblioteca viva que merece ser mais explorado.

Os variados materiais reunidos no CDI, são hoje a maior contribuição que um missionário pode deixar como legado e Zacquini tem sido não apenas o idealizador deste espaço, mas também um divulgador de todo o trabalho que desenvolveu ao longo dos anos, pois, através da divulgação que as pessoas passam a ter o conhecimento deste espaço de memória.

¹⁷ Foi uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada com objetivo de propor e conseguir a execução da demarcação de um território indígena que abrangesse todos os grupos do povo Yanomami, ameaçados pelas diversas formas de contato que se intensificaram nos anos 70 (ABREU, 2016, p. 39).



Zacquini conversando com os Yanomami

Fonte: Arquivo CDI

As contribuições de simpatizantes se dão pelo reconhecimento do trabalho de Zacquini para com os Yanomami, pelo esforço no processo demarcatório da TI Yanomami e outros projetos de saúde e educação.

Abreu resume os fatos nos seguintes termos:

A repercussão dessa estrada foi alarmante para os envolvidos na luta pela conquista dos direitos indígenas, podendo ser considerada uma obra que firmou a necessidade de uma articulação indigenista para a garantia dos direitos e sobrevivência dos povos indígenas, no caso, especificamente o povo Yanomami. Foi um traçado físico e não físico de demarcação da mudança no modo como as atividades das instituições ligadas aos indígenas das comunidades afetadas iriam se posicionar dali pra frente, que precisaram, inclusive, ir de encontro às ações exercidas pelo órgão responsável pelos indígenas, a FUNAI. Apesar do grande impacto, poucas pessoas do senso comum têm conhecimento dos dados da destruição, das tensões geradas, das sequelas deixadas por uma obra que foi planejada e executada pelo Estado brasileiro. Todavia, pode-se considerar que a execução da estrada e o pânico gerado pela rapidez da degradação trouxe à tona uma necessidade de articulação mais bem pensada pela luta da causa indígena e deu luz à conexão de agentes de diferentes instituições, envolvidos na defesa deste povo. A estrada pode ser considerada como um dos marcos no indigenismo e de criação de movimentos para a garantia dos direitos do povo Yanomami (2016, p. 38).

Atualmente Zacquini é membro titular do DSEI¹⁸-YANOMAMI, responsável por discutir e apresentar propostas de melhorias para a saúde na área Yanomami, é também o articulador para algumas questões que envolvem esse povo dentro da capital Boa Vista.

Tem acompanhado de perto também a HUTUKARA associação Yanomami e seu representante o Yanomami Davi Kopenawa em viagens para falar sobre a situação atual, principalmente nas denúncias de invasão garimpeira na região.

No próximo capítulo abordarei com mais detalhes sobre o atual Centro de Documentação Indígena que foi idealizado por Zacquini, discutido pelos missionários da região Amazônica, e concretizado em 2012. No entanto, irei com cautela fazer uma descrição da ideia inicial deste centro, os pontos positivos e negativos e os objetivos deste mais recente projeto voltado para questões históricas de missionários e indígenas.

¹⁸ Abreviação para Distrito Sanitário Especial Indígena que trata sobre as questões que dizem respeito à saúde, neste caso a do povo Yanomami.

4 CENTRO CULTURAL INDÍGENA À CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA

Este capítulo tratará das primeiras discussões sobre este tema, buscando resgatar as primeiras conversas a respeito deste espaço de memória, e os motivos que levaram os missionários a concretizar este acervo como Centro de Documentação Indígena (CDI), e o relato de experiência sobre o meu primeiro contato com o centro, e o interesse pelo material existente, o que não deixa de ser parte da organização e da minha formação como profissional indígena.

De acordo LEONEL & IRMC (2005), o CDI foi primeiramente concebido como Centro Cultural Indígena, e foi sem dúvida uma “iniciativa do Instituto Religioso Missionários da Consolata – IRMC, idealizado como um espaço voltado para a abordagem histórica, divulgação de temas relacionados às culturas indígenas e a Amazônia”, bem como um local que pudesse servir de fórum para sediar “debates sobre questões presentes e futuras, como a interculturalidade, os direitos humanos, a ecologia e a preservação do meio ambiente, a biodiversidade, a territorialidade, a sustentabilidade e etc.” (p. 01 – introdução).

No entanto, apesar de ser uma iniciativa do Instituto, o centro cultural indígena foi pensado há alguns anos pelo Missionário Carlo Zacquini, segundo ele, desde os primeiros anos de sua chegada a Roraima na década de 60, que foram suficientes para que pudesse refletir sobre a situação que se encontrava os povos indígenas do estado.

Em seu relato Zacquini destaca o que lhe permitiu refletir sobre a necessidade de um espaço com estas características, voltada para os povos indígenas.

Desde quando eu cheguei aqui eu achei que havia um desconhecimento das culturas indígenas locais, da existência de povos diferentes com línguas e culturas próprias, uma riqueza que me parecia extraordinária, e que me admirava ao tentar descobrir um pouco.

Desde o começo eu tentei fazer pressões e convencer algumas pessoas a valorizar um pouco essa coisa, criando museu ou um local onde essas culturas tivessem um espaço e pudessem em partes ser apreciadas, pelos curiosos, pela pessoas que estavam ao redor, ainda mais que desde o começo foi muito claro que aqui havia no mínimo três qualidades de seres humanos; os civilizados, os caboclos e os índios.

Os civilizados eram os descendentes de portugueses, nordestinos, pessoas que vinham de várias partes do Brasil, que se estabeleceram por aqui, e que eram as famílias dominantes que tinham a economia na mão, que se diziam donos de quase a totalidade das terras do estado, maior parte daquela que era alcançável com possibilidade de extração de recursos, a criação de gado já tinha tomado uma proporção muito importante, estavam se construindo cercados com arame farpado

por todo lado, e para criar uma cabeça de gado precisavam de 7 hectares de terras, assim calculavam. Fiquei chocado com esses dados, afinal não era o fazendeiro que estava criando o gado e sim o gado que estava criando o fazendeiro.

Essas situações me chamavam muita atenção, era evidente que nenhum morador que eu conhecia por aqui, aceitava ser identificado como “índio”, porque índio era considerado palavrão, burro, preguiçoso, ignorante, cachaceiro, incapaz, inútil, tudo o que era negativo era atribuído a aqueles que deveriam ser caracterizados como índios, dentro dessa acepção que se dá normalmente a palavra índio, esta é a palavra que mostra a ignorância de quem já deu esse primeiro nome para esses povos.

Então todos aqueles que tinham sangue indígena, automaticamente tentavam virar caboclos, para isso era relativamente fácil, era só usar calção, e ainda melhor seria uma calça comprida e uma camisa de manga comprida se possível, alguns já usavam sandálias.

Então, quando cheguei, já tinha começado a ditadura, aquilo que alguém definia revolução, era difícil até falar certas coisas em público, precisava ter certo cuidado. É um fato que os índios que vinham para cidade especialmente faziam de tudo para esconder as suas origens, isso demorou muito para ser corrigido um pouco, ainda hoje acontece isso, de indígenas que se envergonham de se identificarem como indígenas. Para o nosso consolo, se é a palavra certa, já há um bom número deles que já se distinguem, eu não sou índio, mas sou Macuxi, Wapixana e etc.

Quase como provocação, a população de Roraima passou a definir como Macuxi todos aqueles que nasceram em Roraima, já que muitos eram maranhense, cearense, gaúchos, paranaenses, paraenses, amazonenses, então, Macuxi é sinônimo de roraimense.

O que sempre foi vendido, era que os indígenas não faziam nada, não contribuía com nada para o país, para a riqueza do estado, eram poucos e ocupam um território imenso, ainda assim, até recentemente a maior parte da população rural de Roraima era indígena (Entrevista concedida em fevereiro de 2018).

Porém, levou anos para que o assunto tivesse conhecimento por parte dos missionários e fosse discutido em suas assembleias sobre a possibilidade da criação deste centro. No início de 2000 este assunto foi levado para a pauta de discussões no encontro dos missionários da região Amazônica, iniciando então, as primeiras conversas que colocariam o centro como uma das prioridades.

O projeto arquitetônico do Centro Cultural estava previsto para ser construído no centro da cidade, espaço onde antes funcionava o hospital, disponibilizado pela Diocese de Roraima com ótima localização, possibilitaria o acesso com maior facilidade de interessados em conhecer mais sobre as questões indígenas de forma geral.

Em sua VII Conferência Regional da Região Amazônica realizada nos dias 14 a 18 de maio de 2006, com o tema *Ad Gentes, os missionários da Consolata e os desafios atuais da Amazônia*, foi definido no capítulo II/11 que trata sobre a missão, objetivos, motivação e linhas operativas, que o Centro Cultural Indígena de Roraima se configura como bem cultural.

Nela consta, em seu objetivo geral que “através do Centro Cultural Indígena ajudar o povo de Roraima a conhecer, compreender, respeitar e promover as culturas e os povos indígenas, primeiros moradores desta região acreditando no seu futuro” (IRMC, 2006, p. 22).

Além do mais, foi especificada a necessidade de “valorizar as culturas e incentivar os povos indígenas a crescer no respeito pela própria história, pelo território e pelos conhecimentos tradicionais, e o centro surge como uma forma de colaborar com a igreja de Roraima na vanguarda da luta pelos mais desprotegidos” (IRMC, 2006, p. 23).

Todas as propostas foram pensadas visando discutir e dialogar com as organizações indígenas sobre a criação deste centro de referência para o conhecimento das culturas indígenas, observando desta forma que é necessário estimular a pesquisa e a conservação de material bem como um espaço que garanta a sobrevivência das culturas e seu papel hoje na produção de conhecimentos.

Seis anos após a definição de um capítulo específico, em sua VIII conferência regional, foi organizado cinco dimensões, Missão, Identidade – Carisma – Comunidade, Economia de Comunhão, Formação e Continentalidade, a qual o Centro Cultural estava presente. A missão foi a que mais aproximou o Centro, uma vez que foram identificados pontos fundamentais para constituir a base do projeto missionário.

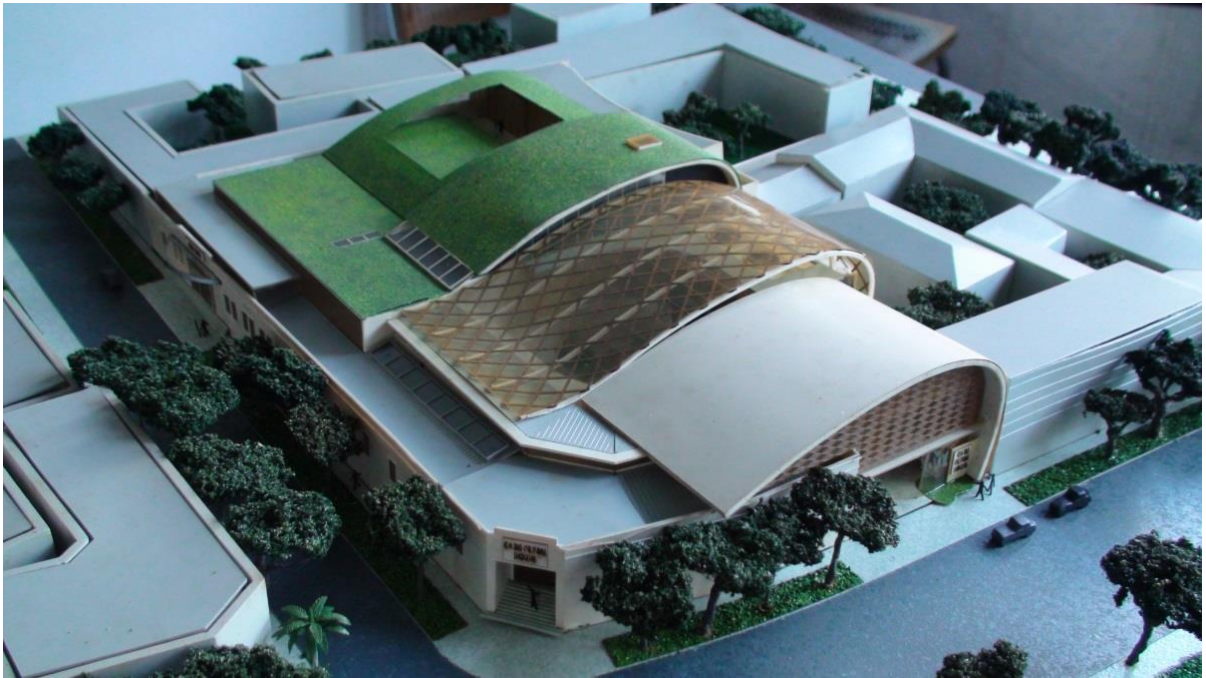
A missão voltada para os indígenas tem como base fundamental “estudar e avaliar, fazendo memória do passado para projetar validamente o futuro” e “dar os passos necessários que levem a construção de um Centro Cultural que desenvolva atividades voltadas para a formação e sensibilização da sociedade envolvente, dos missionários e das comunidades indígenas, criando novos espaços de reflexões. Além de destacar um projeto que visa à qualificação dos trabalhos missionários nas áreas indígenas. Tudo isso com a participação dos povos indígenas” (IRMC, 2012, p. 13 e 14).

Porém o que se sugeriu nessa conferência, em se tratando do redimensionamento de estruturas, do Centro Cultural, foi proposto que a direção regional criasse uma equipe de pessoas (com mais dois membros da área indígena) para analisar o atual projeto, as melhores opções de redimensionamento e as alternativas de sustentabilidade, dialogue com a Diocese e apresente as propostas concretas na assembleia (IRMC, 2012, p. 21).

Na sua IX Conferência regional, realizado em 2018, o assunto voltou para discussões, porém com aprovação em atos, reconhecendo que “o Centro de Documentação Indígena (CDI) é uma iniciativa louvável que contribui com informações valiosas para as pesquisas. É preciso valorizar e dar continuidade a esse trabalho criando estruturas adequadas, também em vista da formação e inserção de novos missionários” (IRMC, 2018 - introdução).

Neste último ano, percebe-se a mudança no modo de como o centro é chamado, ou seja, passa de centro cultural indígena para centro de documentação indígena. O CDI é considerado o setor mais importante previsto no projeto inicial e agora está resumido neste espaço com muita significância para os missionários da Consolata.

Figura 5



*Maquete do primeiro projeto do Centro Cultural Indígena, 2008.
Fonte: Arquivo CDI*

Figura 6

*Planta do projeto do Centro de Documentação Indígena - CDI, 2019.
Fonte: Arquivo CDI/Autoria: Arquitetas Gabrielle Teixeira e Andréia Mariano*

Os missionários reunidos neste ano fizeram uma análise de conjuntura sócio-política e eclesial do Brasil e constataram que a situação não estava favorável para a sociedade, então, consideraram que, diante disso, os missionários tinham de se comprometer mais com a vocação profética, relembrando a necessidade de assumir as causas. As luzes para continuar a missão estão asseguradas nas várias atuações missionárias junto aos povos indígenas, na defesa de seus direitos e territórios, e agora com “a intuição com toda a atividade na Raposa Serra do Sol, no Catrimani, e agora com o Centro de Documentação Indígena (CDI) tem muito a fortalecer e orientar nossa ação missionária em Roraima e na Amazônia” (IRMC, 2018, p. 4).

Nessa última Conferência é notável que a preocupação dos missionários em relação ao CDI não recai somente pela preservação dos bens culturais existente sob o domínio da igreja, mas da formação missionária para atuação junto as comunidades indígenas, ou seja, que o Centro sirva também de lugar de informação a respeito da região e sua diversidade cultural para onde muitos missionários são destinados e que precisa ser valorizado, respeitando as diferenças.

No que se refere a temas transversais (E), em seu subcapítulo **E.4** da comunicação, fica definido como linha de ação “valorizar o CDI como espaço e meio de formação, sendo mediadores do mesmo junto às outras pessoas” e é de competência dos missionários “criar um espaço no CDI para que cada área pastoral ofereça e organize o material que esteja a disposição e a serviço das atividades missionárias” (IRMC, 2018, p.29).

Ao longo desses anos foram sendo discutidas as finalidades deste centro e aos poucos construindo ideias que definiram seus objetivos, o que possivelmente continua sendo de competência do CDI até o presente momento.

Abrigar um centro de documentação para reunir, restaurar, preservar e disponibilizar o acesso ao acervo cultural e registros diversos já reunidos pelo Instituto Religioso Missionários da Consolata – IRMC e ao material que será produzido e coletado.
Fomentar pesquisas nas áreas de história, geografia, antropologia, etnografia, sociologia, linguística, arte, meio ambiente, ecologia, etc.
Produzir conhecimento e divulgar os materiais resultantes das pesquisas e estudos.
Promover oficinas, workshops e cursos para a população, especialmente para os estudantes dos diversos níveis escolares.
Valorizar e dar visibilidade à produção cultural dos vários povos indígenas do Estado.
Tornar-se referência local, nacional e internacional do conhecimento e da produção dos diversos povos indígenas do Estado de Roraima e também dos estudos, fotografias, documentários e outros registros realizados sobre estas culturas.
Possibilitar intercâmbios, convênios ou associações com entidades similares nacionais e estrangeiras e, especialmente com professores e profissionais das instituições de pesquisa do Estado de Roraima (LEONEL & IRMC, 2005, p. 2).

Com as conversas já avançadas e o projeto definido, em 08 de junho de 2009 foi entregue o estudo preliminar para o desenvolvimento do Centro Cultural Indígena, já analisada por uma equipe de missionários e em várias reuniões com o acompanhamento do Padre Fernando e Irmão Carlo seu principal idealizador (LEONEL, 2009 – introdução).

Analisando as atas e algumas entrevistas, a principal questão discutida e observada pelos missionários foi às situações complexas e de total desprezo que se passavam os povos indígenas e o centro cultural foi desenhado ou planejado com a finalidade de mostrar a importância do conhecimento acerca das culturas indígenas.

No entanto, o trabalho que Zacchini já tinha começado ao guardar material documental, livros, artefatos indígenas, artesanatos, artes plumárias, levando muitas vezes

para a Itália¹⁹, por não haver em Roraima um espaço que pudesse armazenar esses documentos, levou os missionários a refletir sobre as possibilidades e a rapidez na concretização deste espaço.

Tudo isso reforçou a necessidade de se ter um local para se trabalhar essas questões relevantes, uma vez que muitos materiais guardam sem dúvidas as memórias de muitos missionários e lideranças indígenas que dedicaram trabalhos voltado para as comunidades indígenas e de alguma forma deixaram um legado em suas trajetórias.

Foi seguindo essa prerrogativa que se iniciou os trabalhos de organização deste espaço, observando a necessidade de se ter um espaço que pudesse oferecer informações sobre os diferentes povos indígena, suas culturas, uma vez que muitos registros documentais já estavam recolhidos e precisaria com urgência de um trabalho de organização.

Zacquini, analisa que é necessário ampliar essa participação, considerando, que;

É percebida por indígenas, homens de cultura, professores, estudantes e homens de bem, a necessidade de se ter maiores conhecimentos sobre as culturas autóctones, seja para facilitar o conhecimento recíproco que para evitar práticas que estimulam a dependência, o sensacionalismo, o desprezo dos outros.

Recolher, restaurar e conservar em ambientes idôneos: acervos de material arqueológico, bibliográficos, etnológicos, jurídico, documentação da história passada e contemporânea, filmes, fotografias, mapas, gravações, etc. que atualmente, por falta de uma sede específica, está disperso em casas ou coleções privadas, e, portanto, inacessível aos indígenas e a maioria dos interessados em conhecê-los.

Para estimular uma cultura de: respeito, valorização, autoestima, para ajudar a vencer o racismo e os preconceitos arraigados na população.

Para disponibilizar, a quem o desejar, um acesso mais fácil ao conhecimento das culturas indígenas; para despertar interesse e o respeito para as mesmas.

Com base no maior conhecimento da história e das tradições, poder ajudar os indígenas a refletir para achar os instrumentos de enriquecimento cultural e econômico, fortalecer os laços de solidariedade entre eles, individualizar formas autônomas e criativas de interação com a sociedade “branca”.

A valorizar as culturas sobre as quais e com as quais se formou o Estado de Roraima, a perceber que todos têm culturas, que nenhuma cultura é desprezível, a história dessas terras, começou muito antes da chegada dos primeiros europeus ou de seus descendentes.

Os povos indígenas desejam e tem direitos de participar ao desenvolvimento do Estado, e que suas culturas podem enriquecer o país, a humanidade, ainda pode se enriquecer se as relações com os povos indígenas forem respeitadas (Zacquini, Centro Cultural – Um pouco de história do Estado que hoje chamamos Roraima, 2008, p. 4 e 5).

¹⁹ De acordo com os depoimentos de Zacquini, na Itália há uma grande quantidade de materiais documentais, artesanatos indígenas, especificamente do Povo Yanomami, que estão guardadas e sob os cuidados de familiares.

Com o apoio de alguns missionários como; **Padre Antônio Fernandez, Irmão João Carlos, Padre Fernando** esta ideia se tornou realidade em 2012, como centro de documentação indígena, por uma decisão conjunta dos missionários que foram importantes no processo de reconhecimento das lutas dos Povos Indígenas em Roraima.

Os motivos que fortaleceram a consolidação deste espaço de memória, de grande utilidade para a comunidade acadêmica e a comunidade em geral, e não apenas como lugar para guardar documentos, foram os trabalhos que os missionários desenvolveram durante anos para com os Povos Indígenas, tendo praticamente todos os registros guardados ao longo dos anos.

As principais metas deste Centro de Documentação é sem dúvida, incentivar a pesquisa para divulgação do conhecimento sobre a história indígena de Roraima e fomentar reflexões sobre o futuro dos povos indígenas, apoiando seu movimento na preservação de sua memória e defesa de seus direitos.

Considero neste trabalho alguns momentos importantes para o surgimento do CDI tendo em vista que todos os documentos relacionados ao centro têm laços próximos com os missionários que contribuíram com as questões indígenas no Estado.

De um lado estão os Povos Indígenas, que, por longos anos travaram uma batalha pelos territórios originários e apesar de terem sua terra homologada ainda sofrem com as graves consequências das invasões em suas regiões, e são vítimas da sociedade capitalista, e toda essa situação nos faz refletir sobre a situação de desprezo no que diz respeito aos povos indígenas.

E de outro, a grande contribuição que os missionários tiveram para que ao longo dos anos os povos indígenas fossem protagonistas de suas próprias histórias, fortalecidos pelo apoio incondicional que estes foram capazes de prestar.

Todo este apoio, ou quase tudo, está fundamentada na documentação existente neste Centro que varia de período que vão de 1970 aos dias atuais. São raros os escritos de período anterior a essa data. São documentos variados; recortes de jornais, revistas, fotografia, áudio, audiovisual, com temas diversos; histórias, denúncias e que tem relação com; meio ambiente, povos indígenas, direito constitucionais, todos de interesse para a pesquisa sobre temáticas

indígenas. Sem contar com uma excelente biblioteca com algumas obras às vezes raras e variados assuntos e temáticas.

Zacchini, o principal idealizador do Centro, faz o seguinte comentário, ao ser questionado sobre o motivo que o levou a pensar na consolidação deste espaço:

É uma preocupante sensação no sentido de inferioridade por parte de certo número de indígena nos quais, levados por essa situação de opressão, de discriminação, de racismo existente ao redor deles, acabaram se sentindo desconfortáveis no papel de indígenas e mesmo sem se dá contas na maioria das vezes, muitos deles acabaram se jogando, numa corrida parar tentar não ser mais indígenas, ou serem menos indígenas, ou ser mais branco, daquilo que já tinha chegado a ser antes, pra poder alcançar um papel de igualdade como outros, ou pelo menos de menor desigualdade. Então, isso não é uma coisa que os Povos Indígenas tinham ou eram conscientes disso, inconscientemente eram levados a fazer isso por essa pressão da opinião pública, ou maior parte da opinião pública local (Entrevista concedida no dia 2 de fevereiro de 2017 – CDI).

Os missionários da Consolata, em poucos anos começaram a ser entre as forças missionárias uma pequena minoria, essa minoria foi bastante importante no sentido de fazer a mudança, e depois em conjunto acabaram dando mais força a essa ideia de fazer inicialmente um Centro Cultural que poderia ter um impacto muito maior.

Inicialmente foi feito um esforço muito grande para que isso fosse num lugar com maior circulação de pessoas, onde pudessem ter acesso com facilidades de forma que esse espaço tivesse condições de responder à curiosidade de muitos e ao mesmo tempo fornecer dados mais fartos possíveis para que a sociedade deixasse de considerar os povos indígenas, com cultura inferior em relação à cultura eurocêntrica.

Este centro, portanto, tem um significado muito grande para a história indígena em Roraima, pois vem possibilitando novas críticas e novos olhares em relação às causas indígenas.

Analisando as atas das conferências regionais dos missionários da região Amazônica, percebi que a atenção aos bens culturais está voltada para o recolhimento de materiais, sobretudo, dos povos indígenas, preservando assim a memória destes.

E desde sempre as atribuições do instituto tem sido isso, o que os torna “responsáveis por um grande patrimônio cultural nos campos linguístico, etnológico, arqueológico, fotográfico, bibliográfico, histórico, artístico e missionário – fruto do empenho de muitos missionários”. “É dever nosso valoriza-lo e, na medida do possível e do legítimo, fazê-lo

crescer”. Ainda segundo as atas “os museus e as bibliotecas são “jornais abertos” para dar a conhecer as culturas dos povos” (IRMC, 2005, p.89).

“As decisões reconhecem, a incansável atividade dos missionários de recolher tão rica documentação e aos que dedicam tamanha atenção pelos cuidados desse patrimônio, retendo como necessário estabelecer alguns critérios para a curadoria, no respeito pelos princípios científicos e jurídicos” (IRMC, 2005, p. 89).

E foi pensando nessa continuidade da preservação patrimonial do Instituto que a Direção Geral criou a comissão para os Bens Culturais, devendo estes ser responsáveis por:

Far-se-á inventário informatizado dos bens culturais e artístico do Instituto, tanto a nível geral como a nível de circunscrição, com o fim de facilitar o seu conhecimento por um público mais vasto;
No âmbito geral e no de circunscrição continuar-se-á a fazer recolha, a conservação e a valorização de achados culturais dos povos com que trabalhamos;
As bibliotecas, as fototecas e os museus em existência, sejam na medida do possível geridos segundo as normas vigentes, para que sejam acessíveis a todos, principalmente a estudantes;
Sirvamo-nos da colaboração de especialistas para organização destes espaços culturais (IRMC 2005, p.89-90).

É notável que, os missionários da Região Amazônica, em especial, tenham se preocupado, não apenas na guarda de bens materiais, mas em resguardar bens que por qualquer motivo são fontes de conhecimento. Que são fontes históricas e guardam memórias dos mais diferentes povos.

De acordo com as atas das conferencias regionais, os missionários que chegam para trabalhar junto aos povos indígenas, precisam conhecer a realidade dos locais de destinos e consequentemente estudar sobre a comunidade, devendo este estar informado das situações locais, o que pode ser útil para o desenvolvimento do trabalho missionário quanto para o reconhecimento do Instituto.

Este sector de especialização “acompanha os missionários que, depois do trajeto formativo básico e depois de terem passado um período de experiência missionária, são chamados a especializar-se para depois poderem oferecer um serviço qualificado ao Instituto. Ele acompanha, muito particularmente, os centros de estudo que funcionam sob responsabilidade direta do Instituto. Além disso, cuida dos bens culturais do Instituto” (IRMC - Boletim oficial dos actos da direção geral – IMC – Roma - n. 113, março de 2006, p. 15).

O CDI surge também com esta finalidade de oferecer aos missionários novatos as informações sobre os povos indígenas do Estado para onde a maioria que chega é destinado, e sobre o histórico do Instituto na Região Amazônica.

Destaco aqui duas propostas operacionais que mais se aproximam do CDI.

Acompanhar a situação e a atualização das bibliotecas e o desenvolvimento e atividades dos Museus do Instituto.

Criar uma comissão para os bens culturais com o objetivo de elaborar um projeto de recolha, conservação e valorização do nosso patrimônio cultural tendo em vista a AMV (cfr. 111). (IRMC - Boletim oficial dos actos da direção geral – IMC – Roma - n. 113, março de 2006, pg. 15).

É importante por parte do Instituto exigir que seus missionários tenham essa formação para que este venha exercer um trabalho de acordo com as realidades locais, tendo em vista que a grande maioria dos povos indígenas são detentores de conhecimentos e isso requer um investimento para se aproximar da realidade destes.

No que diz respeito à valorização patrimonial, há missionários que colecionam uma série de registros documentais, fotográficos, e deixam como um legado em lugares por onde passam.

A preservação, a catalogação e a exposição destas riquezas culturais em lugares e modos adequados requerem um trabalho técnico e profissional: por isso o Capítulo pede a constituição de comissões locais de peritos para que os nossos museus se desenvolvam segundo critérios científicos e se tornem cada vez mais um meio de animação missionária. (IRMC - Documentação IMC – subsídios para formação 67, Roma - jan/jun/2006, pg. 63-64).

4.1 Utilização

Desde os anos 80/90 o irmão Carlo Zacchini, já guardava material, isso ainda no tempo de Dom Servilio Conti, essa guarda de coisas fez com que este pensasse num local para por dentro o material indígena, pois, considerava que era importante fazer conhecer os indígenas e seus valores culturais. Na época, foi solicitado de Conti uma sala que pudesse servir de guarda dos materiais, porém, foi que não tinha espaço para isso, que não precisava disso. Passaram anos, vieram outros bispos e superiores dos missionários da Consolata e

sempre acharam que isso não era o caso para discussão, que não precisava disso, as preocupações eram outras.

Porém, por ser um megaprojeto, a igreja se viu incapaz de executar a atividade de construção por não haver verbas suficientes para uma estrutura enorme, então, Zacchini se viu obrigado a reduzir o plano para um setor menor, o CDI, considerado um dos mais importantes setores existentes no centro cultural.

Dentre várias atividades que são desenvolvidas neste centro, tem se trabalhado com o material documental recolhido pelos missionários, que diz respeito à questão indígena, de modo especial de Roraima, há muitos outros materiais sobre as experiências com outros Povos Indígenas que são de grande utilidade para a pesquisa acadêmica quanto para os próprios indígenas, este Centro foi pensado para fortalecer os indígenas que são a principal meta deste centro.

Alguns documentos deste centro, já estão no processo de digitalização, uma vez que já estão bastante danificados, enquanto que a maioria já foi catalogada. Pretende-se um dia disponibilizar maior parte desse conteúdo na internet, de modo que todos possam ter acesso não só os indígenas e a população de Boa Vista, mas qualquer um de qualquer parte do mundo, para melhor compreensão sobre as questões indígenas.

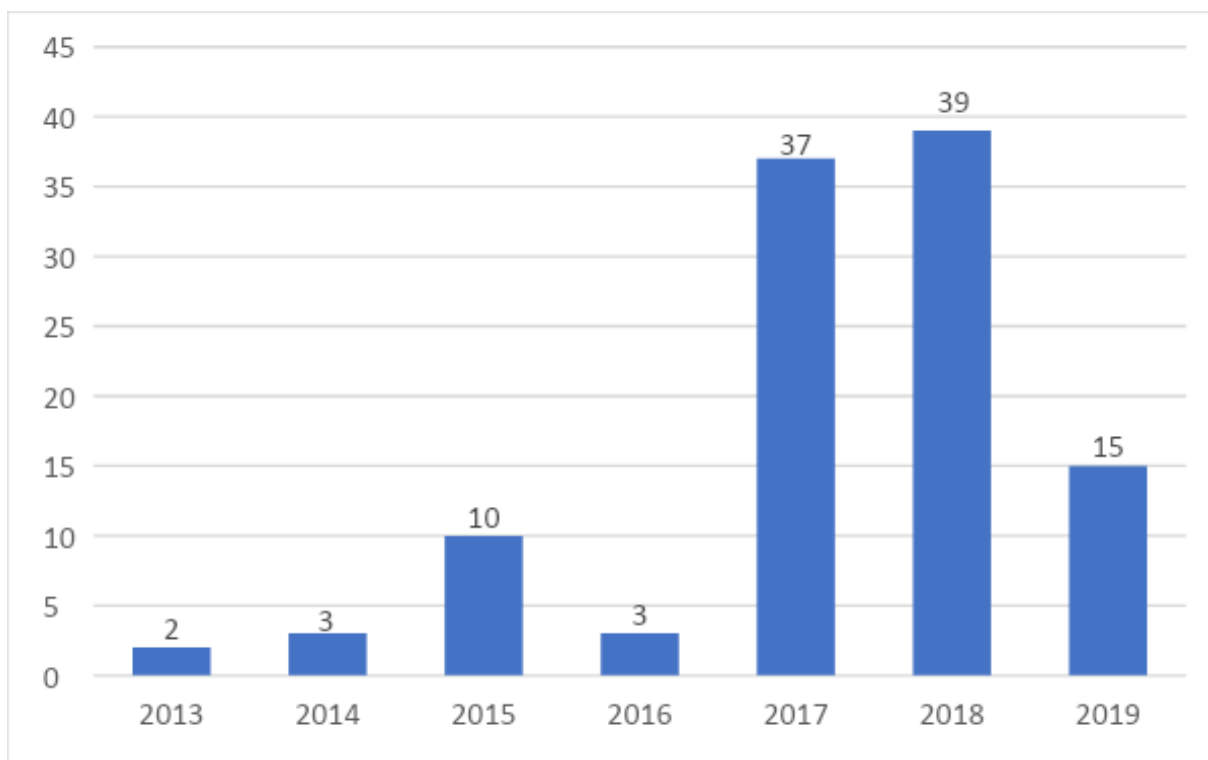
Atualmente o CDI tem se tornado um arquivo de referência para a pesquisa acadêmica, pois, desde a sua criação em 2012, vem recebendo pesquisadores, bem como visitantes, tanto do Estado de Roraima quanto de fora dele, muitos destes buscam informações a respeito das questões indígenas, ou de temas relacionados a ela, que não são encontradas em outros arquivos locais.

No que diz respeito ao quantitativo de pesquisadores/visitantes, foi efetuada a análise de 2013 a 2019 (até o mês de maio), conforme o Gráfico 1. Verifica-se que entre 2013 e 2016 os registros foram mais incipientes, quando houve apenas 18 (dezoito) consultas no período, com destaque para o ano de 2015, com 10 (dez) registros.

Em contrapartida, a partir de 2017 esse número se amplia, apontando 37 (trinta e sete) registros para 2017, 39 (trinta e nove) para 2018 e, em 2019, já houve 15 (quinze) registros apenas até o mês de maio, permitindo inferir que manterá a mesma média dos dois anos

anteriores. Desse montante cabe ainda registrar que 89% das consultas são realizadas presencialmente, enquanto 11% via Internet, pelas suas inúmeras possibilidades.

Gráfico 1 – Registro de visitantes e pesquisadores – 2013 a 2019 (maio)



Fonte: Pesquisa documental, 2019.

Considerando que em Boa Vista existem, além das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas – Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Estadual de Roraima (UERR) – várias instituições particulares, e o CDI configura como espaço de consulta também para a produção de trabalhos acadêmicos, o aumento do número de pesquisadores/visitantes muito se deve à comunicação entre estudantes, que uma vez realizando pesquisas no centro acabam por divulgar entre os colegas a potencialidade do acervo ali existente.

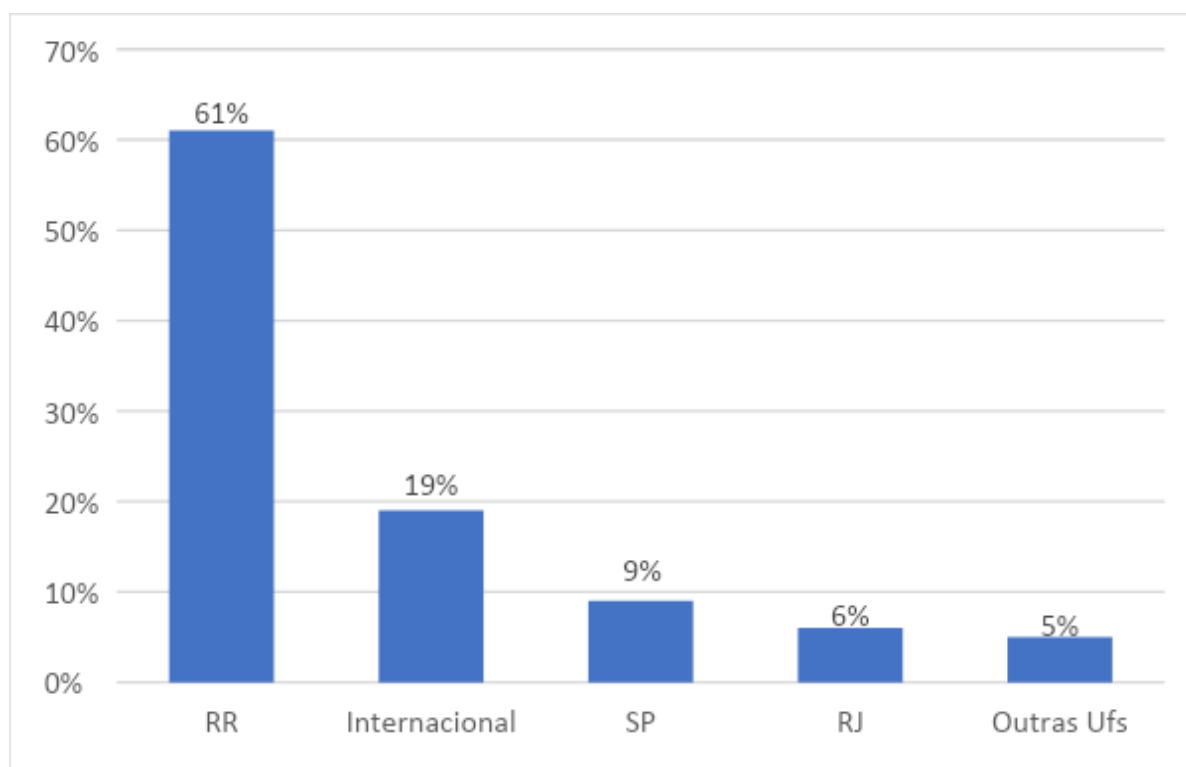
O Gráfico 2 aponta a localidade de origem dos pesquisadores registrados, quando 61% do total declara ser de Roraima, o que faz com que o CDI atenda prioritariamente à demanda local.

Como segundo lugar, tem-se que 19% dos registros são de origem internacional, os quais, via de regra, são efetuadas de modo remoto, por e-mail, Skype ou redes sociais,

diretamente com Carlo Zacchini, e configurando em grande medida consultas para embasar reportagens ou matérias, de cunho jornalísticos e documental.

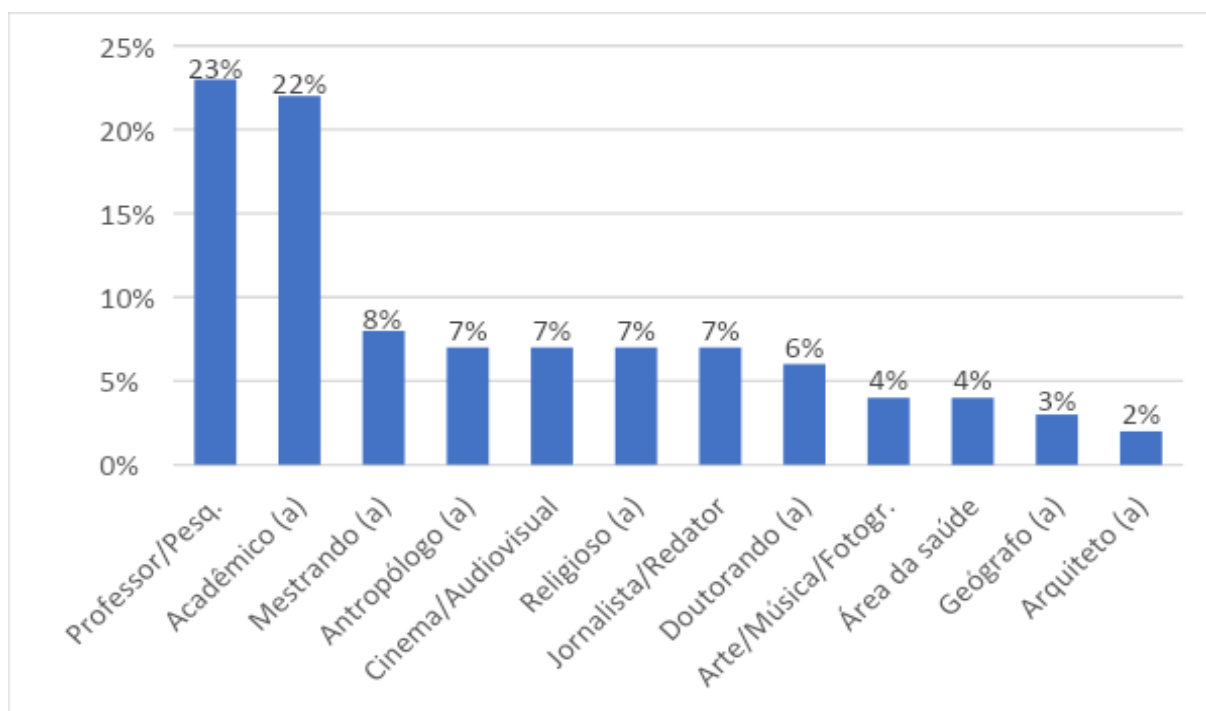
Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro somam juntos, 15% dos pesquisadores/visitantes registrados, denotando o alcance do CDI enquanto referência de acervo documental sobre a questão indígena. E, por fim, 5% dos pesquisadores/visitantes são originários de outras Unidades de Federação brasileiras.

Gráfico 2 – Visitantes e pesquisadores quanto à localidade de origem



Fonte: Pesquisa documental, 2019.

No que diz respeito à ocupação ou vínculo institucional pode ser observado no Gráfico 3 que 59% dos pesquisadores/visitantes estão vinculados às atividades acadêmicas, universitárias e/ou de pesquisas, quando 23% se declaram como “professor/pesquisador”, 22% como “acadêmico”, 8% como “mestrando” e 6% se declaram como “doutorando”.

Gráfico 3 – Visitantes e pesquisadores quanto à ocupação

Fonte: Pesquisa documental, 2019.

Essa situação se relaciona diretamente com o dado do gráfico anterior (Gráfico 2), que retratava que 61% dos pesquisadores eram de origem local. Aqui, 59% declaram-se estar vinculados às atividades universitárias, corroborando a relação entre os dois dados, e reafirmando o CDI como local de pesquisa para a produção científica roraimense.

Quanto aos professores cabe ainda ressaltar que são em totalidade da área de Humanas, Socialmente Aplicadas ou Saúde, sendo 25% da Antropologia, seguidos de 17% da História e 12% da Geografia. Dentre essa categoria 21% são professores indígenas, que atuam na Educação Básica em escolas indígenas nas comunidades roraimenses. Os demais, que somam 25%, estão distribuídos em áreas distintas, como Enfermagem, Administração e Filosofia.

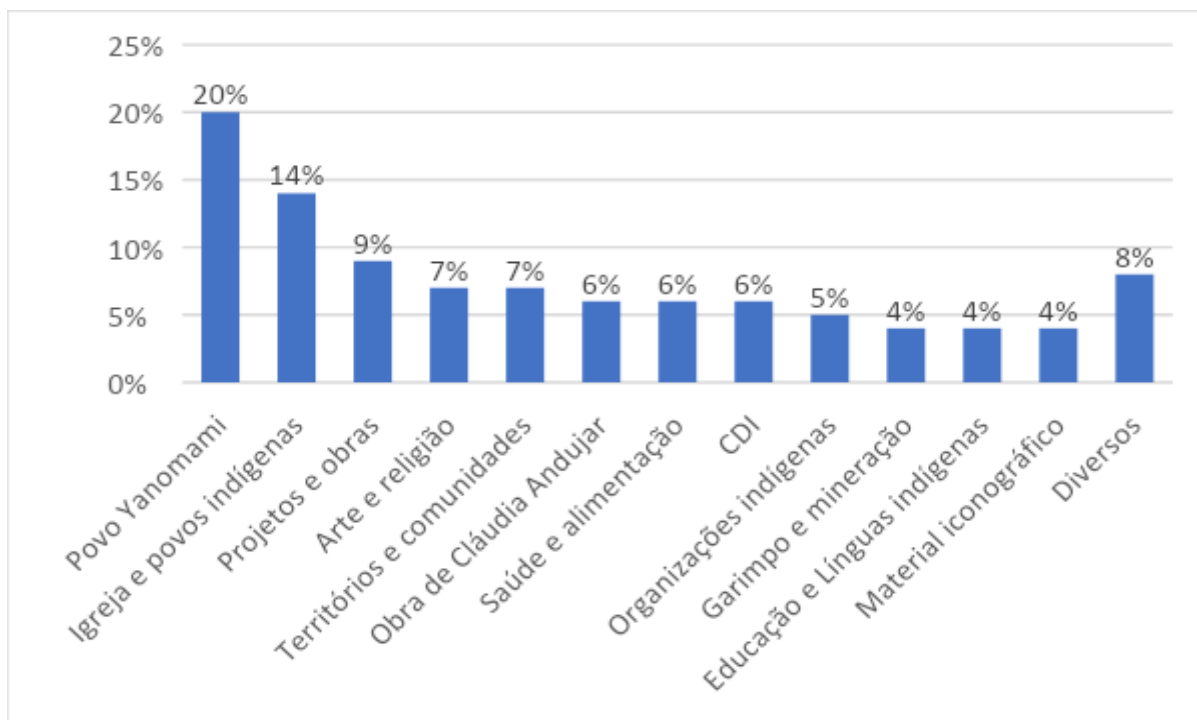
Com registro de 7% para cada ocupação, encontramos: antropólogos (as), profissionais de cinema/audiovisual, religiosos (as) e jornalistas/redatores (as). Com 4% verifica-se os profissionais vinculados à arte, música e fotografia e, com o mesmo percentual (4%) os profissionais vinculados à área da saúde. Para finalizar, tem-se 3% de registros de geógrafos (as) e 2% de arquitetos (as), estes últimos diretamente vinculados à elaboração do

novo projeto arquitetônico, tarefa que igualmente perpassa a pesquisa e consulta no acervo do CDI.

Sobre os assuntos e temas pesquisados no Centro de Documentação Indígena e que podem ser vistos no Gráfico 4, percebe-se o destaque para o “povo Yanomami” (20%) e para “Igreja e povos indígenas” (14%), dada a própria origem do CDI e sua vinculação com o Instituto Religioso Missionário da Consolata, que mantém uma missão na Terra Indígena Yanomami, bem como da história de vida do missionário Carlo Zacquini que ali viveu grande parte de sua vida. No que tange aos povos indígenas de Roraima, a maior quantidade de material existente no acervo do CDI refere-se também ao povo Yanomami.

Na sequência, com 9%, as pesquisas estão vinculadas aos “Projetos e obras” realizados na Amazônia, em especial àqueles que foram viabilizados durante o regime militar, como a construção da rodovia federal BR-174, que teve impacto direto no povo Waimiri-Atroari, cuja área encontra-se no sul do estado. Com 7% estão as pesquisas relacionadas à “Arte e religião” dos povos indígenas, e com o mesmo percentual (7%) assuntos vinculados a “Territórios e comunidades” indígenas na Amazônia, em especial à Amazônia Setentrional.

Com registro de 6% destacam-se as pesquisas sobre a “Obra de Cláudia Andujar”, que além dos registros fotográficos continua sendo militante da causa indígena na Missão Catrimani e membro fundador da CCPY, associação que criou o movimento para o reconhecimento da Terra Indígena Yanomami. Também com 6% estão os assuntos pertinentes à “Saúde e alimentação” dos povos indígenas, além de pesquisas sobre o próprio “CDI”, sua constituição, seu acervo e estruturação.

Gráfico 4 – Assuntos pesquisados

Fonte: Pesquisa documental, 2019.

Com 5% aparecem as pesquisas sobre as “Organizações indígenas” de Roraima, seu processo de constituição e suas lutas. Com 4% cada, tem-se os temas de “Garimpo e mineração”, “Educação e Línguas indígenas” e “Material iconográfico”, uma vez que a muitos pesquisadores interessam apenas a esse tipo de material. Há ainda um percentual de 8% de materiais diversos que se pulverizam dentre as possibilidades que o acervo do CDI permite.

Sobre a finalidade das pesquisas, novamente se destacam os trabalhos científicos e acadêmicos que, somados, perfazem 67% do total, assim divididos: 18% de artigos científicos, 15% de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), 14% de dissertações de mestrado, 12% de teses de doutorado, além de 8% de projetos de pesquisa e extensão universitária.

Dos 33% restantes, 21% deles referem-se a consultas de cunho jornalístico, sendo 15% das consultas para subsidiar documentários e exposições, enquanto 6% para matérias e reportagens; e 12% estão distribuídos em objetivos diversos, como planos pedagógicos e trabalhos de consultoria. Esse cenário reitera a vocação do CDI como acervo para fins de

pesquisa e produção de trabalhos científicos em detrimento das demais atividades, que ainda são incipientes.

4.2 Por que um arquivo?

Este tema nos abre um questionamento sobre o que seria mesmo um arquivo. O que se guarda, que tipo de material compõe um arquivo, e como eles estão organizados. E principalmente, as atividades de um arquivo, pode simplesmente ser feito por um profissional de arquivologia?

Trabalhar a organização de um arquivo documental se tornou um pouco a minha especialidade, e apesar de não estudar arquivologia, aprendi aos poucos a organizar um arquivo fazendo consultas sobre esta temática com várias pessoas e material escrito sobre o assunto, e praticando essa atividade no dia-a-dia, o que me proporcionou organizá-las de acordo com a realidade da documentação existente.

Percebi, no entanto, que todos os documentos, com exceção a alguns deles, são material de extrema importância para a sociedade e que precisam ser de tal maneira selecionada e muito bem trabalhada, desde a higienização até o processo de guarda, fazendo assim uma avaliação minuciosa dessa importância.

Diariamente tenho tido contato com documentos dos mais variados períodos, tipos e temáticas. E essa é a principal característica que faz um arquivo existir, pois sua função é de guardar, ou arquivar memória.

Nesse sentido, Castro faz uma observação sobre os trabalhos com os documentos, uma vez que todo o material a ser arquivado, precisa nada mais, nada menos que ser revisado e observado sobre a sua importância para o arquivo. Este, porém, é uma das primeiras atividades a ser feita ao se trabalhar na organização de um arquivo.

E sempre importante nos trabalhos de arquivo “refletir sobre os processos mais amplos pelos quais os arquivos são constituídos” (2005, p. 36). Isso ajuda bastante a dá segurança ao organizador no momento das decisões que possa ser tomada no momento de sua classificação.

O Centro de Documentação Indígena – CDI, nos seus primeiros passos, ou seja, quando se iniciava a sua organização, foram feitas várias pesquisas sobre como organizar um arquivo e até mesmo conversas com pessoas mais próximas em relação a organização de documentos, como; historiadores, missionários, antropólogos e até mesmo arquivistas.

Toda essa consulta e conversas foram importantes para adaptar a organização deste centro de acordo com a realidade local, ou seja, um pouco de toda a informação levantada foi utilizado para deixar organizados os documentos da maneira que estão no momento, criando uma lógica própria.

De qualquer forma, tivemos todo cuidado ao tomar decisões no momento da organização. Faz-se necessário avaliar os documentos, de onde vieram, quem guardou, que tipo de material contém, período, situação em que se encontra, temática, e principalmente se é um conjunto documental, sendo assim, a prioridade é mantê-lo juntos, tudo isso vai depender muito de quem o organiza.

Todos os fundos citados acima, foram definidos avaliando seus materiais e conteúdos temáticos, essa observação nos permitiu organizar o centro de documentação da maneira que está atualmente.

5 ORGANIZAÇÃO DO CDI: OLHANDO O PASSADO DE UMA PERSPECTIVA DE FUTURO

Buscar recriar novos olhares a respeito dos Povos Indígenas é uma tarefa um tanto quanto desafiadora, e um centro de documentação nasce com essa perspectiva de, através de documentos, imagens, áudios e audiovisuais, fomentar a pesquisa, no que diz respeito ao papel dos indígenas diante da sociedade envolvente, e, reconstruir o discurso impactante para os Povos Indígenas.

É reconhecível que a grande maioria da população roraimense não se sensibiliza com a causa indígena e seus movimentos e usam termos inadequados para denegrir a imagem dos povos indígenas. No entanto, busca-se através deste centro recriar ou reconsiderar a atuação e a presença histórica dos indígenas no Estado e a trajetória que o movimento construiu ao longo de décadas.

Desde o início das atividades e da própria existência do CDI, foram definidas que a organização tivesse os seguintes critérios; fundo²⁰ e subfundo²¹. No entanto, esta é uma lógica simples e para um acervo ainda no começo já se considera de grande relevância para a organização.

De acordo com o levantamento realizado recentemente. Hoje o acervo conta com aproximadamente 21.472 fotografias digitalizadas; 3.211 vídeos não editados de eventos gravados pelos membros internos do CDI e da equipe de comunicação do Conselho Indígena (CIR); 173 documentários sobre questões indígenas, sendo a maioria de produção e edição dos próprios indígenas e/ou instituições parceiras; 738 áudios de entrevistas, cantos, depoimentos, somando um total de 29.520 minutos, de períodos que vão dos anos 90 aos dias atuais, gravados principalmente pelos próprio missionários, além de milhares de recortes de jornais dos anos 70 até os anos 2000, atualmente os jornais são guardados inteiros, depois de feitos a seleção dos assuntos de interesse para o acervo.

Vale lembrar que destes materiais aqui levantados, pouco foi feito, no que diz respeito a catalogação, sendo esta ainda uma das grandes atividades que precisa ser feita e que demanda tempo, espaço e recursos humanos.

²⁰ Terminologia utilizada nos acervos para definir um conjunto de documentos referentes a uma instituição, pessoas.

²¹ Terminologia que define as divisões dos fundos por temática ou tipologia do documento.

A organização atual está fundamentada nos seguintes critérios; fundo e subfundo. Os principais fundos são: CCPY, constituinte, saúde, Estado, igreja, Raposa Serra do Sol, Yanomami, culturas indígenas e informativos. Cada um desses fundos foi subdividido em subfundos e classificados por temas específicos, seguindo uma ordem cronológica.

É importante frisar que as atividades desenvolvidas para chegar a essa definição têm participações importantes das primeiras pessoas que buscaram organizar os documentos, visando atender a necessidade do centro, e esse investimento de tempo resultou no mais simples e positivo modelo, o que tem sido fundamental para que pudéssemos construir cada fundo deste centro.

Os fundos estão subdivididos da seguinte maneira. (Tipologia).

1. CCPY²² - Este fundo tem as seguintes divisões (Relatórios, ofícios, criação da CCPY, UPDATE, saúde, cartas, dossiê, contratos, curriculum, URIHI, Yanomami urgente, carta Carlo, projetos e programas, orçamento saúde, autorização, recibos, e-mails e fax). São documentos que variam desde os anos de 1980 aos períodos mais recentes. São variedades de documentos sobre a necessidade de intervenção médica na área Yanomami, planejamento feito pela FUNAI e CCPY, propostas de criação da Terra Indígena Yanomami até o ano de homologação, pedidos de retiradas de equipe da missão Catrimani após a invasão garimpeira entre outros.
2. CONSTITUINTE (CONST) – Este fundo está subdividido nos seguintes subfundos (Participação popular, assembleia nacional constituinte e INESC), são diários e propostas sobre a nova constituição emitida por comissões de parlamentares que compunham a assembleia constituinte, entre abril de 1987 e novembro de 1988.
3. SAÚDE INDÍGENA – Este fundo está subdividido com os seguintes subfundos (Saúde área leste, Educação para saúde, oncocercose, NISI, Estado e saúde indígena, saúde Yanomami), são relatórios de atendimento na área leste²³ e na área Yanomami, cartas, documentos, informações referente ao trabalho das entidades

²² Abreviação para - Comissão Pela Criação do Parque Yanomami.

²³ Em Roraima as questões referente a saúde indígena está dividida em duas áreas de atuação; área leste o atendimento é voltado para os povos indígenas, Macuxi, Wapixana e outros grupos. Área Yanomami é mais específico para este povo.

médicos sem fronteiras, convênio CIR/FUNASA, relatórios do projeto de atenção básica à saúde indígena, calendários, convocações para conferência nacional de saúde indígena, textos, apostilas de estudos para formação de agentes indígenas de saúde, artigos científicos, planos de enfrentamentos a oncocercose, documentos da IV e V conferência Interamericana sobre oncocercose, atas de documentos sobre o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena de Roraima, circulares, portarias, decretos, leis, atos administrativos, portarias de criação dos distritos de saúde indígena, relatórios sobre a situação dos Yanomami. Estes documentos são do período que vai desde os anos 90 até os períodos mais recentes.

4. ESTADO (EST) – Este fundo está subdividido nos seguintes subfundos (Estado de Roraima, Poder e Executivo da União, Poder Legislativo da União, FUNAI), neste fundo é possível encontrar documentos como; cartas, ofícios, circulares, decretos, atas que variam de períodos que vão de 1983 a 2002. São documentos elaborados por membros dos órgãos públicos do Estado ou da Federação.
5. IGREJA (IGR) – É composta pelos seguintes subfundos (CIMI²⁴ Norte I, CIMI Nacional, Pastoral indigenista, CIMI assessoria, IRMC, IMC, Diocese de Roraima, Missão Catrimani, CNBB²⁵, Nós Existimos, CESC – Centro Educacional, assuntos diversos, material religioso em língua estrangeira). São documentos elaborados por missionários ou uma instituição religiosa católica sobre assuntos sobre questões indígenas e suas atuações nas diversas áreas da região amazônica e no mundo, é uma composição de relatórios, boletins em defesa dos indígenas e suas terras. São do período dos anos 1970 até os períodos recentes.
6. RAPOSA SERRA DO SOL (RSS) – Este fundo é composto pelos seguintes subfundos (Luta pela terra, conflitos, missionários, campanhas, material publicado, projeto do gado, organização social, CIFCRSS²⁶, boletins, Anna Yekare²⁷, processos judiciais, educação, projetos, mapas, jornais de site, assessoria jurídica e

²⁴ Abreviação de Conselho Indigenista Missionário.

²⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

²⁶ Abreviação para Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol.

²⁷ Palavras na língua indígena Macuxi, que quer dizer “nossa notícia”.

misto). Este fundo representa a maioria dos documentos existente neste centro. São documentos diversos; cartas, relatórios de encontros dos conselhos regionais de tuxauas e das assembleias estaduais, laudos, publicações, projetos, relatórios de cursos, formação, artigos, campanhas para homologação da TI Raposa Serra do Sol, dossiê, notícias veiculadas na imprensa, vídeos documentários, registros de repasses do projeto “uma vaca para o índio”, convênios de cooperação entre comunidades indígenas e Diocese de Roraima, estatuto do projeto, planejamentos comunitários, censo populacional, fichas de diagnósticos das regiões da Raposa Serra do Sol, mapas e manuscritos entre outros. Os documentos deste fundo são do período de 1970 até os anos mais atuais.

7. YANOMAMI (YAN) – Este fundo está subdividido nos seguintes subfundos (Garimpo, Hutukara, parcerias-projetos e campanhas, pedidos de autorização, Exército, Chagnon, Cláudia Andujar, Yanomami Venezuela, Massacre de Haximu, região Ajarani e Perimetral Norte BR 210, publicações-artigos e exposições, terra-homologação). Os tipos de documentos; relatos de ameaças por garimpeiros, parecer sobre garimpos em Tis, denúncia de invasão, documentos de criação de um posto de vigilância, manifesto, depoimentos de garimpeiros, carta de Davi Kopenawa, documentários, carta de Dom Aldo sobre a retirada de garimpeiros, medida cautelar, relatório de da PF sobre a operação Yanomami Selva Livre, carta de Davi sobre a situação de saúde dos Yanomami, relatório de Parafuri, documento sobre as pistas clandestinas matéria Folha de São Paulo, carta de Cláudia Andujar, documento da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil – UNGB, manifesto do Ministério Público em defesa dos Yanomami, planejamento da assembleia Yanomami, carta dos tuxauas Yanomami, carta de reivindicação aos chefes dos brancos, Estatuto Social da Hutukara, ata da assembleia de fundação, documento solicitando a conclusão imediata do processo de demarcação da TI Yanomami, pedidos para entrada de repórter na TI Yanomami, minuta da portaria sobre o ingresso de entidades civis e religiosas em Terra Indígenas, contratos de direito autoral e de imagens, denúncias de invasão garimpeiras, abuso por militares contra índias Yanomami, protesto contra a pesquisa de Chagnon, investigação de genocídio em Haximu, descrições das lesões provocadas por projétil de arma de fogo encontrada em Yanomami, cronologia do genocídio, relatórios de inspeção

operacional Haximu, manifesto de solidariedade, conjunto de cartas, histórico da missão Catrimani, dossiê, jornais e revistas sobre o Povo Yanomami, mapas (1884). Os documentos são do período de 1884 aos anos mais atuais.

8. CULTURAS INDÍGENAS (CIN) – Este fundo está subdividido da seguinte forma; (Língua Macuxi, Língua Wapixana, Língua Yanomami, cantos, tarems, mitos e história oral Macuxi e Wapixana, mitos e cosmologia Yanomami, misto). São materiais como, livros, cartilhas com histórias e mitos, cantos religiosos na língua indígena.
9. INFORMATIVOS (INF) – Este fundo está subdividido da seguinte maneira (Mensagem, Porantim, Semana dos Povos Indígenas, Vicariato, Trocano, Assembleia Legislativa de Roraima, movimento indígena, informe Roraima, Vale a pena Ler, igreja a caminho, INESC, Paneiro, COIAB²⁸, Macaqueiros, pastoral da terra, do Cip, vários). São materiais de circulação interna que tinham como objetivo informar aos povos indígenas, organizações e parceiros sobre a situação pela qual os povos passavam nas questões de suas terras e outros assuntos que podiam os afetar.

Segue uma tabela criada pelos membros internos do CDI para facilitar o registro informático dos documentos já higienizado, classificados e guardados. Lembra-se que esta é uma maneira simples e geral para a catalogação de todo o material existente neste espaço.

É comum fazer algumas alterações na planilha, uma vez que sempre precisava mudar ou acrescentar colunas com objetivos de aperfeiçoar mais o trabalho de organização de todos os documentos.

²⁸ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, organização maior que representa a região Amazônica e os povos indígenas de 9 estados da federação região Norte.

A planilha da qual é utilizada para a catalogação dos documentos, também foi um critério adotado no acervo, no sentido de detalhar as informações dos documentos catalogados. Exemplificação da ordem de registro na planilha.

Coluna 1. CF – Código do Fundo; (Ex: RSS.1)

Coluna 2. Cdoc – Código do Documento; (Ainda não trabalhamos como definir este código)

Coluna 3. Data – Período em que o documento foi elaborado;

Coluna 4. Autor – Quem elaborou o documento (pessoa e/ou instituição);

Coluna 5. Documentos – Tipologia do documento (ata, relatório, carta, etc);

Coluna 6. Descrição – Resumo básico do conteúdo do documento;

Coluna 7. Nº pág. – O total de páginas do documento;

Coluna 8. Observações – Uma análise do documento, se está em bom estado ou está danificado e precisando de cuidados especiais, se está completo ou faltando alguma página, se está legível, se contém mais de um exemplar;

Coluna 9. Localização – Onde o documento está guardado (gaveteiros, prateleiras, etc) e;

Coluna 10. Acessibilidade – Se o documento pode ou não ser acessado por pesquisadores ou se está restrito somente aos funcionários do CDI.

Além de documentos, o centro é composto de uma biblioteca, com aproximadamente 3000 exemplares de livros na língua portuguesa, aproximados 300 livros em Espanhol, 110 livros em Francês, 135 livros em Inglês, 406 livros em Italiano e ainda um fundo de Cláudia Andujar com 400 exemplares de livros em diferentes línguas, doado por ela.

Nestes sete anos de existência do CDI, foram doados vários materiais documentais, fotografias, documentários, livros, revistas, recortes de jornais. Toda a doação veio de diferentes pessoas e até mesmo instituições que, depois de conhecer este centro se solidarizaram e reconheceram a importância de um espaço voltado para a temática indígena. Destaco aqui alguns doares; Cláudia Andujar, Reinaldo Imbrózio, Leda Martins, Pe. Thiago, Luís Ventura e Esther Tello, Paulo Daniel, Ir. Francisco Bruno, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma convivência direta com o arquivo do CDI, e através deste apresentar aos leitores o processo de construção do espaço de memória, através da guarda documental, e a trajetória de seu idealizador, que armazenou e manteve sob guarda materiais históricos para os missionários religiosos católicos e os povos indígenas.

Também é uma reflexão sobre os processos históricos de indígenas e missionários, que ao longo dos anos cruzaram ideias e construíram junto o movimento, cuja função comum, foi reivindicar a retomada dos territórios indígenas, que se encontrava invadido, e buscar melhorias no sentido de garantir a preservação cultural.

Espero com este trabalho contribuir para que mais pessoas possam se interessar pelas temáticas do acervo, e discutir novas possibilidades, tendo em vista que tudo isso é novidade para as comunidades indígenas, principalmente no que diz respeito ao processo de construção dos arquivos, uma vez que 90% das lideranças detêm documentos históricos de lutas. É possível que num futuro bem próximo tenhamos um espaço indígena próprio, com as documentações próprias.

Dessa forma, será importante para os jovens indígenas explorar esses locais, visando garantir as memórias, as histórias de seu povo, o que pode ser também uma fonte para construção de material didático, com temática indígena voltado para os próprios indígenas, que através disso, se conheça os processos históricos de lutas.

Assim como em outras ocasiões, houve contratempos que impossibilitaram o avanço do trabalho, mas nem por isso fui impedido de chegar a esse resultado. É difícil, porém não impossível para os que querem vencer, e vencer não significa chegar ao fim e sim concluir apenas uma etapa.

De agora em diante, tenho pretensões de descansar e dedicar mais tempo à família que foi sem dúvida os que mais torceram para que tudo se concluísse de forma positiva, sabendo da importância de todo o trabalho, não somente para a vida pessoal, mas para os povos indígenas que sempre lutam para oferecer oportunidade aos jovens.

Considerando todo esse processo que envolve a organização de arquivos documentais, percebe-se que esta não é uma técnica que faz parte do cotidiano dos povos

indígenas. A maneira que estes fazem é simplesmente na oralidade, ou seja, grande parte das lideranças indígenas transmite aos mais jovens todo o seu conhecimento através das conversas, isso tem sido feito de geração a geração.

Com o domínio da escrita muito recentemente, várias lideranças fazem seus próprios registros de todos os encontros em que estão envolvidos, ou simplesmente levam consigo jovens para serem secretários, com o intuito de registrar os momentos mais significantes, a fim de repassar a aqueles que não podem participar dos encontros das lideranças.

É preocupante a quantidade de documentos existentes com várias lideranças indígenas que precisam de cuidados, e, se não fizer uma interferência no sentido de reparar esses materiais, estamos correndo um grande risco de apagar aos poucos as nossas histórias, sem contar que muitos indígenas são bibliotecas vivas que precisam de apoio para o registro de suas histórias e sobre a trajetória do movimento que estão vivas somente nas memórias das lideranças indígenas mais antigas. Com essa perda destes historiadores indígenas, dificilmente iremos recuperar os conhecimentos tradicionais.

Em certas ocasiões notei a preocupação de Zacquini com os povos indígenas não apenas daquele com o qual viveu e dedicou sua vida para defendê-las, mas de um modo geral. O CDI é um objetivo pessoal de Zacquini que se concretizou muito recentemente, é sem dúvida o resultado de um esforço que veio se discutindo por décadas e agora, é uma realidade que passa a ser prioridade no atendimento aos indígenas para que sejam a partir deste espaço, autores de sua própria história, os próprios protagonistas.

Tudo isso, tem como objetivo informar a sociedade local, indígenas e os próprios missionários, sobre o modo de vida dos povos indígenas, sua organização, rituais, e também uma forma de recuperar as tradições indígenas que já estavam no esquecimento. Este espaço me ensinou que, é preciso valorizar as memórias individuais, coletivas, para que as histórias reais permanecem.

O CDI tem se tornado o que é hoje, uma referência pelos objetivos que vem alcançando ao longo de sua existência, pois, há neste espaço documentos históricos que permite ao pesquisador entender toda a trajetória que o movimento indígena trilhou nos seus quase cinco décadas, e a contribuição importante da igreja e seus missionários para a consolidação e das conquistas territoriais dos povos indígenas.

Os fundos documentais, por exemplo, estão organizados por temáticas mais recorrentes, saúde, educação, projeto de gado e tem ligação direta com as Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami, onde houve atuação direta dos missionários religiosos católicos. Há arquivos aqui guardados que são coleções de pessoas que ainda estão vivas e isso os torna ainda mais relevante.

No entanto, o CDI, através de suas documentações me proporcionou o encontro com o outro, muitas vezes os indígenas eram estudados por religiosos e antropólogos que registravam o dia a dia de grupos indígenas, as suas culturas, os seus costumes. E agora, a realidade é outra, a antropologia tem me oferecido subsídios para entender o cotidiano do diferente de nós povos indígenas, ou seja, sendo indígena do povo Macuxi, busquei através deste trabalho entender os missionários e suas preocupações, neste caso um indígena estudando a vida do homem branco através do arquivo.

Esta é uma experiência histórica, que através do registro documental faz uma descrição da trajetória de uma instituição e seus personagens, onde os missionários como indivíduos são conhecidos por suas atuações e trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Lis Viana de. **Rastros da perimetral norte. Um estudo sobre memórias e ação indigenista no processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto de Antropologia – INAN/UFRR. Boa Vista, RR, 2016. 57 p.
- ARAÚJO, Melvina. **Do Corpo à Alma. missionários da Consolata e índios Macuxi em Roraima.** São Paulo. Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006. 248 p.
- ARAÚJO, Melvina. **Nexos entre lo local y lo global: la misión Consolata en Roraima.** Revista Iztapalapa, n. 62-63, Año 28, Enero – Diciembre de 2007.
- ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a Própria Vida.** Estudos históricos. 1998.
- ATHIAS, Renato. **Museus, Objetos Etnográficos e Pesquisa Antropológica: um debate atual.** Revistas Antropológicas ano 19, 26(1): 231-250. 2015.
- BARROS, Dirlene Santos e AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável.** TransInformação, Campinas, n. 21(1): 55-61, jan/abr., 2009.
- CAMARGO, C. R. Os centros de documentação nas universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 49-63.
- CASTRO, Celso. **A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 36, julho-dezembro de 2005, p. 33-42.
- CUNHA, M. M. L. **Memória Escrita e Povos Indígenas: Uma experiência de Organização de Acervos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Insikiran/UFRR. Boa Vista, RR, 2014. 62 p.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.** Mana 10(2): 287-322, 2004.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 36, p. 7-32, julho-dezembro de 2005.

EMOS, Giovana. **Arquivo e produção do conhecimento histórico**. Anais eletrônicos. Goiás, v. 11, n.3, 2016. p. 775-789.

FERNANDEZ, Luis Ventura. **“De rio a rio”**: a luta pela terra em Raposa Serra Do Sol. 2018. No prelo.

FREHSE, Fraya. **Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 36. 1989, julho – dezembro de 2005, p. 131-156.

GARZONI, Elionete de Castro; FERRER, Esther Tello; CUNHA, Marcos Maciel Lima. **Acervo histórico e pesquisas científicas sobre povos indígenas brasileiros: estudo de caso do Centro de Documentação Indígena (CDI) do Instituto Religioso Missionário da Consolata, Roraima, Brasil**. Anais do 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL). Brasília, 2019.

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Bollettino Dell’istituto Missioni Consolata. Actas do XI Capítulo Geral. N. 111. São Paulo, 2005.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Atos da VI Conferência Regional, Instituto Missões Consolata. Redescobrimo a missão em Roraima. Boa Vista RR, maio de 2006.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Atos da VII Conferência Regional, Região Amazônica. Ad. Gentes – os missionários da Consolata e os desafios atuais da Amazônia. Boa Vista RR, Julho de 2006.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Bollettino Dell’istituto Missioni Consolata. Boletim oficial dos actos da Direção Geral. Edição portuguesa. N.113. Roma, 2006.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Documentação do Instituto Missionário da Consolata. Subsídios para formação 67. Roma, 2006.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Missionari Della Consolata. Atas da VIII Conferência Regional, Região da Amazônia. Boa Vista RR, novembro de 2012.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Instituto Missões Consolata. Atos do XIII Capítulo Geral. Roma, 2017.**

INSTITUTO RELIGIOSO MISSIONÁRIO DA CONSOLATA – IRMC. **Missionari Della Consolata. Atos da IX Conferência Regional, Região da Amazônia. Boa Vista RR, novembro de 2018.**

LEONEL, L.; IRMC Instituto Religioso Missionário da Consolata **Memorial “Paikinin pa mã”**: “estamos aqui, vamos nos conhecer, vamos nos olhar”. Boa Vista, RR, 2005.

LEONEL, Leda. **Ata-Resumo da reunião para entrega de Estudo preliminar do Projeto arquitetônico, Belo Horizonte, MG, 2009.**

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.** Inf. Inf., Londrina, v.20, n.1, p. 26-42, jan./abr. 2015.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre profecia e Martírio**: testemunho de uma Igreja entre os índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano, missionário da Consolata; Bispo de Roraima de 1975 a 1996. Tradução Bruno Schizzerotto. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 2011.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de. **Filhos de Deus e Netos de Makunaima**: apropriações do catolicismo em terras macuxi. Curitiba: CRV, 2018. 172 p.

MOREIRA, R. L. **Brasilianistas, Historiografia e Centros de Documentação. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, 1990, p. 66-74. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2294/1433>>. Acesso em: 16.jan.2019.

NEVES, R. X. **As possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social**: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, Antropologia, escala e memória. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. n. 2. (nova série), 2007.

PEREIRA, Ingrid Michelle Lopes e CHAGAS, Pedro Dolabela. **Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzales**

Echevarría. Fólio – Revista de letras, Vitória da Conquista, v.3, n.2, p. 319-331, jul/dez 2011.

PINHEIRO, M. I. S. *et al.* **Pela preservação da memória documental, como uma garantia do acesso à informação, à memória e à identidade.** Revista ACB, biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 513-530, jul. /dez., 2009.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, p. 3-15.

PONTES, Vanildo Pereira. **A construção da memória através de um arquivo pessoal: o caso do arquivo do poeta Alberto de Moura.** Páginas a&b. S.3,3 p.101-118. 2015.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito.** Editora UNESP, 2001.

VIEIRA, Jaci Guilherme; SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da; RAMALHO, Carla Onofre. **Homologação da Raposa Serra do Sol em Roraima: violência gerada contra os índios entre 1970-2009.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho de 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra 1777 a 1980.** 2^a ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

ANEXO A - FUNDOS E SUBFUNDOS.

FUNDO RSS									
TEMA: LUTA PELA TERRA									
CF	Cdoc	DATA	AUTOR	DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	Nº PAG.	OBSERVAÇÕES	LOCALIZAÇÃO	ACESSIBILIDADE
RSS.1		01/01/1975		Registro de depoimentos de tuxauas	Transcrição dos depoimentos de 09 lideranças indígenas solicitando a desintrusão de "civilizados" e reivindicando a demarcação da terra já feita pelo General Rondon	2	Manuscritos em lápis em duas folhas de caderno soltas. Só aparece a data do ano em que foi registrado, sem detalhe do dia e mês. No entanto, considerando o valor da data de 1975, nos primeiros anos de organização dos tuxauas, a tomamos como referência relativa para o documento. O documento encontrava-se em uma pasta junto com outros documentos diversos, guardados possivelmente pelo Pe. Jorge dal Bem.	Fundo RSS. Subfundo Luta pela Terra 1. Arquivo G. Gaveta G3.	
RSS.1		17/12/1983	Jacir José de Souza	Carta pessoal	Carta de Jacir ao Pe. Jorge dal bem, com notícias do gado das comunidades e de alguns conflitos nas comunidades.	1	Folha pautada tamanho 2 A4. Carta manuscrita.	Fundo RSS. Subfundo Luta pela Terra 1. Arquivo G. Gaveta G3.	Comunicação entre Jacir e Jorge sem referências pessoais ou polêmicas.
RSS.1		30/08/1985	Guiomar de Melo, Maria	Memo nº 08. Encaminhamento. "Relatório de Identificação da Área Indígena Macuxi da Raposa Serra do Sol"	Cópia do relatório de Identificação que foi determinado pelo Presidente da FUNAI e para o qual foi constituído GT com servidores da 10ª DR do órgão indigenista.	89	Cópia do relatório original, em papel timbrado da FUNAI e com rabiscos em caneta azul em algumas de suas páginas.	Fundo RSS. Subfundo Luta pela Terra 1. Arquivo G. Gaveta G3.	
RSS.1		01/01/1986	Tuxaua Terêncio	Agenda pessoal de atividades	Contém anotações dos encontros desde o período que era coordenador do CIR até os dias atuais, bem como anotações dos vários encontros que o mesmo participou	Várias	Contém apenas uma cópia xerocada de sua agenda	Fundo RSS. Subfundo Luta pela Terra 1. Arquivo G. Gaveta G3.	

ANEXO B - CATÁLOGO DE LIVROS

Autor - coordenador - organizador - editor - prefácio de - tradutor - narrador - redator chefe - texto de -	Título.	Editora	Ano	Temática	Edição - Reimpresão - Revisão	Línguas	Dedicação do autor ou org.	Doado por - Proveniência	Quant.	Páginas - Pranchas	Boletim, Revista, Caderno Cartilha Informativo	Digit al	Documento - Coleção/ collana - Ensaio/saggio - Série -	Original, Fotocópia Mimeogr	Capa dura- Encadern- Espiral - grampeado - Canaleta	Cidade - Estado - País	Anexo - Contêm
Lima, Carmem Lúcia Silva coord.	Indígenas Catadores de materiais recicláveis	UEA	2015	Indígenas, catadores, lixo, RR		port.		Marcos Cunha	1	11	Caderno Nova Cartografia Social da Amazônia 01		Série: Identidades Coletivas, Movimento Sociais, e Direitos Diferenciados em RR	Orig.		Manaus - AM	
Lima, Carmem Lúcia Silva coord.	Capoeira em Boa Vista	UEA	2015	Capoeira, RR		port.		Marcos Cunha	1	11	Caderno Nova Cartografia Social da Amazônia 02		Série: Identidades Coletivas, Movimento Sociais, e Direitos Diferenciados em RR	Orig.		Manaus-AM	
Lima, Carmem Lúcia Silva coord.	Os maranhenses do bairro Santa Luzia	UEA	2015	Maranhenses, identidade, RR		port.		Marcos Cunha	1	11	Caderno Nova Cartografia Social da Amazônia 03		Série: Identidades Coletivas, Movimento Sociais, e Direitos Diferenciados em RR	Orig.		Manaus-AM	
Lima, Carmem Lúcia Silva coord.	Deslocamento de mulheres indígenas da Guyana: enfrentando preconceitos e valorizando os conhecimentos tradicionais	UEA	2015	Mulheres indígenas guyanenses em RR		port.		Marcos Cunha	1	11	Caderno Nova Cartografia Social da Amazônia 04		Série: Identidades Coletivas, Movimento Sociais, e Direitos Diferenciados em RR	Orig.		Manaus-AM	
Wagner, Alfredo (coord. geral)	Defesa dos territórios tradicionais	UEA	2014	conflito social, resistência indígena, defesa do território		port.		Marcos Cunha	1	15	Boletín informativo 05 Nova Cartografia Social da Amazônia		Projeto Mapeamento Social	Orig.		Manaus-AM	

ANEXO C - REGISTROS DE PESQUISADORES E COLABORADORES.

DATA	NOME	CARGO/PROFISSÃO	INSTITUIÇÃO	UF	PAÍS	PESQUISA	MODALIDADE
12/04/2016	Giseli Deprá	Professora História	UERR	RR	Brasil		Projeto de Extensão
19/04/2016	Elionete de Castro Garzoni	Professora Geografia	UERR	RR	Brasil		Projeto de Extensão
19/04/2017	Lilian Papini	Doutoranda antropologia	EHESS		França	Desenhos Yanomami	Tese de Doutorado
20/04/2017	Jacqueline Alves Machado	Professora Administração	UERR	RR	Brasil	Saúde Indígena	Tese de Doutorado
25/04/2017	Reinaldo da Silva Oliveira	Acadêmico	UFRR	RR	Brasil	Projeto gado	TCC
02/05/2017	Elismara da S. Oliveira	Acadêmica	UERR	RR	Brasil	Ditadura militar e construção da BR174	TCC
12/05/2017	Bruno Miranda (da Rocha)	Professor Enfermagem	UERR	RR	Brasil	Cuidado de saúde nos folhetos Macuxi nos 80	Tese de Doutorado
23/05/2017	Rosenira Silva Albuquerque	Acadêmica	UFRR	RR	Brasil	Terra e território em Roraima	TCC
23/05/2017	Maria Bárbara de M. Bethonico	Professora Geografia Insikiran	UFRR	RR	Brasil	Mapas e conversas com o Ir. Carlo	PIC
30/05/2017	Gilmara Fernandes Ribeiro	Mestranda em Antropologia Social	UFRR	RR	Brasil	Projeto do Gado na área leste de Roraima	Dissertação de Mestrado